



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 010/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 373/2023**

**OBJETO:** Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços na Rede de Atenção à Saúde – RAS para atender às necessidades do Município de Caculé/BA, em caráter complementar ao Sistema de Saúde.

- 
- **Abertura do Edital:** 03/01/2024
  - **Vigência do Edital:** 31/12/2024, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.
- 

**Local de Entrega:** Secretaria Municipal de Caculé/BA

**Horário de Funcionamento:** De segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min

**Direcionado a:** Comissão Especial para Credenciamento – CEC de Prestadores de Serviços, conforme Portaria n.º 99/2023, de 27/12/2023, sob responsabilidade da sra. **Júlia Costa Rodrigues**, presidente da honrosa CEC.

**Endereço:** Praça Coração de Jesus, nº 191, Centro - Caculé/BA - CEP: 46.300-000 Telefax: 77 3455-2527 / [secsaude@cacule.ba.gov.br](mailto:secsaude@cacule.ba.gov.br).

**Tipo de Entrega:** Documentos em envelope opaco, indevassável, rubricado, contendo dados de endereçamento e os documentos solicitados.

---



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 010/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 373/2023**

O **MUNICÍPIO DE CACULÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 13.676.788/0001-00, situada na Rua Rui Barbosa – Nº 26 – Centro – CEP 46.300-000, na cidade de Caculé, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Pedro Dias da Silva, com coparticipação do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACULÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.419.478/0001-30, torna público para o conhecimento dos interessados, que a partir do dia 03/01/2024, das 08:00min às 17:00min, na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Praça Coração de Jesus, nº 191, Centro - Caculé/BA - CEP: 46.300-000, Telefax: 77 3455-2527 / secsaude@cacule.ba.gov.br, estarão abertas as inscrições para Chamamento Público para credenciamento de **PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE**, para atuação em caráter complementares na Secretaria Municipal de Saúde de Caculé, nos termos e condições constantes no presente Edital, na forma do disposto no art. 79 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 1.835, de 21 de dezembro de 2023, que “regulamenta a realização de credenciamento de prestadores de serviços, atividades ou ações na área de saúde Pública no Município de Caculé, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, e dá outras providências”.

**Modalidade:** Credenciamento, conforme definido no Art. 6º, inciso XLIII, isto é, processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados, nas condições previstas no Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. As contratações se darão nos termos e condições constantes no presente Edital, na forma do disposto no artigo 74, inciso IV do diploma legal supracitado.

## **1. DO OBJETO**

CREDENCIAMENTO de pessoas físicas ou jurídicas para **EVENTUAL** prestação de serviços de saúde para atender às necessidades do Município de Caculé/BA, conforme relação constante no anexo 01 a este edital.

## **2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1 Os profissionais, consultas, exames e/ou procedimentos objeto deste processo serão executados pelo credenciado contratado nas unidades próprias do Município e/ou entidades privadas, conforme



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

acordo previamente estabelecido pela gestão, sempre a bem do serviço público.

2.2 Na execução dos contratos consequentes da habilitação através deste edital, só poderão ser realizados os serviços formalmente autorizados e regulados pela Secretaria Municipal de Caculé, sendo seu pagamento precedido de verificação e controle, a fim de aferir a conformidade entre a quantidade e especificidade apresentada pelos prestadores de serviços, o autorizado pela Contratante, e ainda as comprovações da sua devida execução pelo prestador de serviços.

2.3 Apenas os serviços prestados em situações de urgência e emergência, em Programas Específicos do Ministério da Saúde, ou outros serviços que tenha como porta de entrada a demanda espontânea, não necessitarão de prévia regulação, primando o prestador, sempre pela preservação da vida, e pelo cumprimento das Normas e Diretrizes do Programa ao qual tiver vinculado, em fiel cumprimento dos Princípios SUS.

2.4 O credenciado na condição de Pessoa Jurídica caso opte pela execução dos serviços em suas próprias instalações arcará com todas as despesas de materiais e insumos necessários à realização de exames e procedimentos, bem como com prejuízos causados a terceiros ou à CONTRATANTE.

2.5 Todos os credenciados, independente da caracterização jurídica, se responsabilizarão integralmente pela ocorrência de sinistros teratogênicos, iatrogênicos, bem como por atos decorrentes de imperícia ou imprudência na realização de procedimentos, respondendo na forma da legislação aplicável, estando ainda obrigada a ressarcir o CONTRATANTE e PACIENTE de todo e qualquer dano moral ou material. No caso da prestação de serviços que envolvam risco de morte ou de sequelas graves, o ente deverá estar devidamente autorizado a realizá-lo pelo Conselho de Classe, Sociedade da Especialidade ou Órgão regulador pertinente, devendo possuir no sítio de realização do procedimento todos os meios necessários às intervenções de urgência e emergência, na ocorrência de complicações.

2.6 Cabe ao credenciado contratado a prestação de serviços de maneira tecnicamente satisfatória a fim de que sejam atendidas as condições e critérios estabelecidos pela legislação atinente ao Sistema Único de Saúde e normas emanadas pela Secretaria Municipal de Municipal de Saúde.

2.7 Os interessados a serem contratados deverão entregar documentação e aguardar contato para fim de avaliação pela Secretaria de Saúde de Caculé /BA, através da Comissão Especial de Credenciamento formalmente designada.

2.8 Compete à Comissão Especial de Credenciamento realizar a análise documental e fazer as verificações necessárias à habilitação de pessoas Físicas e Jurídicas para prestação de serviços de



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

profissionais com formação na área de saúde, notadamente no que tange a observar o devido fornecimento da documentação exigida para realização do certame, e apontar eventuais inobservâncias relevantes a fim de corrigi-las e/ou preveni-las.

2.9 A primeira reunião da Comissão deverá ocorrer assim que houver proponente, podendo posteriormente reunir-se com a frequência que julgar necessário e razoável à continuidade dos serviços, não podendo exceder o período de 15 (quinze) dias.

### **3. DO LOCAL E DATA PARA INÍCIO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS, PROPOSTAS DE CREDENCIAMENTO E PRAZO DOS CONTRATOS**

3.1 Os Documentos bastantes e necessários ao credenciamento são descritos no item 4 deste edital, deverão ser entregues, através de cópias simples, a partir do dia 03/01/2024, no período das 08:00h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Saúde, com endereço qualificado no preâmbulo deste, aos cuidados da Comissão Especial de Credenciamento, conforme Portaria n.º 99/2023, de 27/12/2023.

3.1.1 Este Edital estará vigente até o dia 31/12/2024, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei. Poderá ser revogado em período anterior ao estipulado, por força da lei ou surgimento de disposição em contrário, comprometendo-se a CREDENCIANTE a comunicar ao CREDENCIADO num prazo não inferior a 30 dias da revogação.

3.1.2 A revogação ou prorrogação deste Edital dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

3.1.3 Enquanto estiver vigente o Edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

3.1.4 Enquanto estiver vigente este Edital, os interessados deverão entregar a documentação, em envelope opaco, indevassável e rubricado. Caso pleiteie o credenciamento para mais de um serviço ao mesmo tempo o mesmo poderá ser feito num único processo, respeitando a natureza e as especificidades de cada situação. Em todo caso, a Comissão Especial de Credenciamento é competente para julgar a necessidade de individualização dos pleitos.

3.1.5 O ENVELOPE contendo a documentação através da qual pretende se credenciar, deverá conter na parte externa OBRIGATORIAMENTE os seguintes dizeres:

**CREDENCIAMENTO N.º 010/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 373/2023**



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACULÉ - ESTADO DA BAHIA**

À Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Serviços de Saúde

DADOS DO POSTULANTE:

Nome/razão social:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Serviço Pleiteado:

*Envelope opaco, lacrado e rubricado: ( ) sim ( ) não*

Campo Reservado a Comissão:

Data de Recebimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Servidor: \_\_\_\_\_.

**3.2 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE CREDENCIAMENTO**

3.2.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, pessoa física ou jurídica, quando o credenciamento versar sobre serviços a ele relacionados.

3.2.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo e dos demais contidos no item 3.2.1., ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

3.2.3 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.2.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7 Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.2.8 Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

§ 1º O impedimento de que trata no item 3.2.3 será também aplicado ao pleiteante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do credenciante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem nos itens 3.2.1 e 3.2.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução do credenciamento ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação do serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

Fica o pleiteante ciente que este credenciamento é para **EVENTUAL CONTRATAÇÃO**, não



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

assumindo o credenciante a obrigatoriedade de contratá-lo.

4.1 Para credenciamento o interessado deverá formalizar sua intenção, através de Requerimento de Credenciamento dirigido à Comissão Especial de Credenciamento, concordando com os termos constantes neste Edital, inclusive quanto aos valores estipulados na Tabela constante no anexo 01.

4.2 A habilitação é a fase em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto do credenciamento, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista.

### **DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:**

#### **4.3. Se Pessoa Jurídica:**

4.3.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.

4.3.2 Documentação de identificação pessoal do empresário individual ou de todos os sócios: i) Carteira de Identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública de qualquer estado (UF), ou por Comando Militar, por Ex-Ministério Militar, pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Militar, ou por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada por lei (OAB, CRM, CRBio, CREA, etc.); ou ii) Carteira funcional expedida por órgão público, DESDE QUE reconhecida por Lei Federal como documento de identidade válido em todo território nacional; ou iii) Carteira Nacional de Habilitação — CHN, ainda que vencida (em curso de renovação), expedida pelo DETRAN, DESDE QUE acompanhada de outro documento original que comprove local de nascimento; ou iv) Passaporte brasileiro ainda que vencido, emitido pela Polícia Federal ou pelo Ministério das Relações Exteriores; ou v) Carteira de identidade do indígena; ou vi) Declaração da FUNAI que ateste a veracidade dos dados pessoais de indígena não integrado; ou vii) Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS; ou viii) Documento de identificação digital DESDE QUE reconhecido por Lei Federal como válido em todo território nacional. Atualmente, CNH e DNI podem ser aceitos nessa modalidade).





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.3.3 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que tem sua emissão, em condições de regularidade, por meio do endereço eletrônico a seguir: [http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp).

4.3.4 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, sendo este último datado dos últimos 180 dias, desde que outro prazo não esteja estipulado neste documento. A referida certidão se encontra disponível para emissão no site: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>.

Parágrafo Único: A certidão negativa junto ao INSS encontra-se englobada pela Certidão de Regularidade Junto a Dívida Ativa da União. Ademais, as empresas poderão apresentar a Certidão Positiva com Efeito de Negativo.

4.3.5 Certificado de Regularidade do FGTS/CRF, que pode ser extraída no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal, no endereço eletrônico a seguir: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>.

4.3.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida através do site da Secretaria da Fazenda Estadual do respectivo Estado sede da empresa, e nos casos de empresas que tem sua sede e domicílio no Estado da Bahia, <https://servicos.sefaz.ba.gov.br/sistemas/DSCRE/Modulos/Publico/EmissaoCertidao.aspx>.

4.3.7 Certidão de Débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciado, e nos casos de empresas que tem sua sede e domicílio no Município da Caculé.

4.3.8 Certidão de Débitos Trabalhistas, cuja emissão pode ser realizada no site do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/certidao1>).

Parágrafo Único: Da Regularidade Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei 147/14 de 07/08/2014: As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da sua regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato deverão apresentar também, declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei supracitada, deferida ou expedida por órgão





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

competente.

b) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado CREDENCIADO, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

d) A não entrega da Declaração de Enquadramento de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou apresentação de documento diferente do exigido neste edital implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar n.º 123/06.

4.3.9 Alvará ou Licença de Funcionamento emitido pelo Município onde a empresa está localizada (dispensável ao Microempreendedor Individual, quando declarado no ato de registro da empresa, constante no CCMEI – a sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/ja-sou-mei>).

4.3.10 Alvará da Vigilância Sanitária emitida pelo Município onde a empresa está sediada, exceto a situação e comprovação prevista no parágrafo único.

Parágrafo Único: As empresas cujos serviços forem prestados nas dependências das Unidades Públicas Próprias do Município estão dispensadas da apresentação de Alvará Sanitário do Município onde as mesmas se encontram sediadas.

4.3.11 Certidão ou documento similar de Inscrição da empresa no Conselho de Classe da pleiteada ou Declaração de responsabilidade técnica, conforme minuta anexa;

Parágrafo Único: Na hipótese de a empresa não ser inscrita no Conselho do Órgão de Classe, fica a entidade contratado a realizar a inscrição no prazo máximo de 06 (seis) meses contados a partir da assinatura do Termo de Credenciamento.

4.3.12 Declarações, conforme anexo;

4.3.13 Requerimento de Credenciamento, conforme anexo;



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.3.14 Documento que comprove a inscrição dos responsáveis pela execução dos serviços emitido pelo Conselho de Classe, admitindo Certidão de Regularidade;

4.3.15 A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

III - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento.

VII - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, quanto ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

VIII – Documentos complementares:

a) Curriculum vitae dos responsáveis pela prestação dos serviços;

b) Cópia dos documentos comprobatórios, que comprovem que o pleiteante está apto à realização do serviço, ou que possui experiência na área o qual está requerendo credenciamento;

c) Relação do corpo técnico, com as respectivas formações profissionais e especialidades, informando os números dos registros no Conselho de Classe;

d) Cópia da Carteira expedida pelo Conselho de Classe de todos os profissionais que compõem o



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Corpo Clínico do estabelecimento;

e) Certificados específicos sejam de aperfeiçoamento ou pós-graduação ao desempenho das funções descritas (se o item da Tabela I assim exigir);

f) Atestados de capacidade técnica emitida por órgãos públicos e privados que comprovem a prestação de serviços na área de aptidão de desempenho da atividade pertinente e compatível e similar ao objetivo do credenciamento. A não apresentação de atestados não inviabilizará

4.3.16 Nos casos em que houver mais de uma entidade pleiteante ao credenciamento para prestação de determinado serviço, com necessidade de desempate ou rateio, as cotas serão distribuídas de forma igualitária.

4.3.17 A documentação referida nesta parte poderá ser:

I - Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - Substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto em Lei.

#### **4.4. Se Pessoa Física:**

4.4.1. RG e CPF acompanhado da consulta de situação cadastral deste último a obter no site: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>.

4.4.2. Título de eleitor com a certidão de quitação eleitoral devida.

4.4.3. Certificado de reservista, no caso do sexo masculino.

4.4.4. Comprovante de endereço atualizado (validade de no máximo 03 meses).

4.4.5. Cadastro no PIS/PASEP/NIT/INSS.

4.4.6. Carteira Profissional e Inscrição no Conselho respectivo.

4.4.7. Currículo comprovado com cópia dos cursos a serem utilizados na prova de títulos.

4.4.8. 01 (uma) foto 3x4 atualizada.



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4.9. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, sendo este último datado dos últimos 180 dias, desde que outro prazo não esteja estipulado neste documento. A referida certidão se encontra disponível para emissão no site: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>.

4.4.10. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida através do site da Secretaria da Fazenda Estadual do respectivo Estado sede da empresa, e nos casos de empresas que tem sua sede e domicílio no Estado da Bahia, <https://servicos.sefaz.ba.gov.br/sistemas/DSCRE/Modulos/Publico/EmissaoCertidao.aspx>.

4.4.11. Certidão de Débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciado

4.4.12. Certidão de Débitos Trabalhistas, cuja emissão pode ser realizada no site do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/certidao1>).

4.4.13. Declarações.

4.4.14. Requerimento de Credenciamento.

4.5. A confirmação do credenciamento solicitado será feita pela Secretaria Municipal de Saúde e obedecerá aos seguintes passos:

4.5.1. Cumprimento de exigências no processo de credenciamento;

4.5.2. Emissão de parecer pela Comissão Especial de Credenciamento, opinando favoravelmente ao credenciamento do ente, certificando que a mesma cumpriu todas as exigências solicitadas e que atende as necessidades da CONTRATANTE. Este processo será realizado através da ATA DE CREDENCIAMENTO.

4.5.3. Publicação da ata/decisão nos meios oficiais (Diário Oficial Eletrônico do Município).

4.5.4. No credenciamento de Pessoa Física, caso haja um número maior de Pleiteantes que a quantidade de vagas, ou seja, na ocorrência de um número de habilitados maior que o limite máximo para as vagas, os mesmos integrarão lista de credenciados, para prestação de serviços em data oportuna, desde que mantidas todas as condições necessárias à habilitação e credenciamento.

4.5.1. A prova da experiência profissional, se exigido, será feita em fotocópia simples, mediante a apresentação da Carteira de Trabalho e da Previdência Social (CTPS) e/ou de Contrato de Trabalho/ Prestação de Serviço ou, ainda, de Declaração firmada por Órgão Gestor de Pessoal de



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Secretaria Municipal de Saúde/Administração e Planejamento, desde que apresentem os dados de identificação do candidato, as datas de início e término do trabalho e especifiquem a função/atividade desempenhada para que se possa analisar a compatibilidade com o cargo ao qual o candidato concorre. Na hipótese do contrato de trabalho registrado na CTPS ainda estar na sua vigência, deverá ser apresentada uma Declaração que informe esta condição. A Declaração, sendo a original, dispensa autenticação. Todos os documentos devem conter data de início e término da atividade, especificar a função/atividade desempenhada pelo candidato, estar em papel timbrado, devidamente assinado e com o carimbo respectivo gestor e não apresentar rasuras.

4.5.2. Os comprovantes dos títulos, assim como demais documentos, desde que entregues, não poderão ser substituídos, bem como não será permitido acrescentar outros títulos, exceto se solicitado pela Comissão Especial de Credenciamento formalmente designada.

4.5.3. Não serão computados documentos que não consignem, de forma expressa e precisa, as informações necessárias à sua avaliação, assim como aqueles cujas cópias estiverem ilegíveis, mesmo que parcialmente.

4.5.4. Somente serão considerados como títulos os cursos que têm relação direta com o descrito nas especificações deste edital e, no caso de cursos de especialização, só serão aceitas as que foram expedidos por instituição de ensino credenciada pelo MEC ou órgãos governamentais, sociedades de entidades ou Conselhos de Classes devidamente autorizados para este fim.

4.5.6. Serão recusados, ou se aceitos não serão computados os títulos que não atenderem às exigências deste Edital.

4.5.7. Em hipótese alguma, a documentação referente a títulos será devolvida aos candidatos. Após o término do processo toda a documentação será devidamente incinerada considerando o tempo de validade do credenciamento.

## **5. DOS RECURSOS**

5.1. Caberá recurso no caso de credenciamento ou não credenciamento, apresentado pelos candidatos concorrentes, no prazo de dois dias úteis da data da publicação da homologação dos resultados, no mesmo local onde fora entregue os documentos para habilitação. Não serão aceitos recursos interpostos por correio eletrônico, meio magnético, meios telemáticos, *fax* ou similar.

Parágrafo Único: São competentes para julgamento de recursos a Comissão Especial de Credenciamento, em primeira instância, e o Secretário Municipal de Caculé, em última, ouvida a Procuradoria Jurídica. Em todo caso a decisão deverá ocorrer no prazo máximo de cinco dias



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

úteis.

5.2. O credenciamento não impõe à Prefeitura Municipal a obrigação de contratar os candidatos pré-qualificados, que ocorrerá mediante a convocação do credenciado, cuja qualificação profissional seja a mais adequada à demanda a ser atendida, quando houver necessidade do serviço por parte da Secretaria Municipal de Saúde e disponibilidade financeira e orçamentária, sem nenhum prejuízo ao credenciante.

5.3. Durante a vigência do Credenciamento os pré-qualificados deverão manter a regularidade de todos os requisitos que se relacionam às condições atendidas e comprovadas por ocasião do procedimento de credenciamento.

5.4. O Candidato pré-qualificado poderá solicitar seu descredenciamento, a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita à Secretaria Municipal de Saúde, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis.

Parágrafo Único: A medida prevista neste artigo, não desincumbe o credenciado do cumprimento de obrigações a ele vinculadas, que não possam ser interrompidas, cabendo, em caso de descumprimento, a aplicação de sanção definida neste regulamento e no instrumento contratual assinado.

5.5 O Candidato pré-qualificado, que se considerar impedido ou impossibilitado para atender demanda para a qual tenha sido convocado, deverá declarar em correspondência específica os motivos de sua recusa, até dois dias úteis antes da ciência da Chamada.

§1º Caberá à Secretaria Municipal de Caculé avaliar os motivos e as implicações da recusa e decidir pela aceitação ou não da justificativa de impedimento do credenciado para assumir a função.

§2º Caso não seja aceita a justificativa do credenciado, ao se declarar impedido, o titular da Secretaria Municipal demandante poderá propor a aplicação de uma das seguintes medidas:

- I. Colocação do Candidato na última posição da classificação da categoria profissional que tenha sido pré-qualificado; ou
- II. Abertura de procedimento para o descredenciamento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§1º No ato de descredenciamento será definido prazo no qual o candidato ficará impedido de



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

habilitar à pré-qualificação em novo credenciamento.

## **6. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

6.1 Decorrido o Prazo Recursal ou após o julgamento dos recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação ou Prefeito(a) Municipal Adjudicará e Homologará a decisão quanto ao pedido de credenciamento e valores.

6.2 Só poderão ser credenciadas as pessoas físicas ou jurídicas que cumprirem todas as exigências contidas neste Edital e nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

## **7. DA CONTRATAÇÃO**

7.1 Somente serão contratadas as pessoas físicas ou Jurídicas que estiverem devidamente credenciadas perante a Secretaria Municipal de Saúde de Caculé.

7.2 A contratação dar-se-á de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, as metas planejadas e programadas, a disponibilidade financeira e orçamentária.

7.3 A distribuição de cotas entre os prestadores de serviço credenciados e contratados poderá se dar também considerando aspectos como capacidade técnico-operacional, logística para o transporte de pessoal e equipamentos, disponibilidade de carga horária, auferida através de documentos, declarações e inspeção *in loco* pela Comissão Especial de Credenciamento, no caso de pessoas jurídicas, sempre que necessário e se a natureza do serviço o exigir.

7.3.1. Também poderão ser avaliados outros aspectos que propiciem uma prestação de serviço mais oportuna e célere, a exemplo de distância entre o domicílio do usuário e o prestador de serviço, primando-se sempre pelo interesse público e respeitando o princípio da isonomia entre prestadores.

7.4. Ficam os inscritos cientes que as quantidades de horas, procedimentos e profissionais expressos no Anexo 01 fazem referências a tetos máximos, não estando a Secretaria Municipal de Saúde de Caculé obrigada de nenhuma forma a contratá-los na sua totalidade ou em parte. Possíveis aditivos serão dispostos nos instrumentos convocatórios e contratuais específicos, respeitando-se fielmente os limites da Lei Federal 14.133 de 01 abril de 2021.

7.5 O(s) proponente(s) credenciado(s) que estiverem dentro do limite se serviços a serem contratados será(ão) convocado(s) a assinar o Termo de Adesão ao Credenciamento constante da minuta anexada a este edital, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, sob pena de decair do





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

direito à futura contratação e do descredenciamento, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

7.6 O proponente deverá manter, durante todo o prazo de validade do credenciamento, todas as condições de habilitação exigidas.

7.7 A execução dos serviços será autorizada mediante Ordem de Serviço (OS) utilizada e padronizada pelo órgão investido da função de Controle, Avaliação e Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, assegurada a isonomia entre os prestadores, mediante a fixação de cotas, conforme descrito neste Edital.

7.7.1 Será considerada irrelevante cota e outras ações e distribuições praticadas à antiguidade da data de credenciamento.

7.8 Na hipótese de o credenciado não atender à convocação para a prestação dos serviços, no prazo e nas condições estabelecidas, a Secretaria Municipal de Saúde de Caculé poderá redistribuir as cotas entre os credenciados remanescentes, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

7.9. A soma dos valores de todo o serviço executado, de todos os credenciados deverá observar o limite orçamentário estabelecido, seguindo o PPA, LOA e LDO, além do PS e PAS.

## **8. DOS VALORES**

8.1. Os preços para prestação dos serviços e/ou procedimentos serão irreeajustáveis no prazo mínimo de 01 ano (12 meses), sendo que os mesmos estão estabelecidos ou Referenciados no anexo deste Edital.

8.2. Quaisquer impostos e/ou taxas incidentes sobre a prestação de serviço, serão de inteira responsabilidade do credenciado contratado, correndo às suas expensas o respectivo pagamento, **não cabendo à CONTRATANTE nenhum tipo de despesa/custo adicional ou solidariedade.**

8.3. Fica esclarecido que o valor inicial do contrato é estimado e poderá ser acrescentado ou diminuído de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Caculé, sendo estabelecido um teto máximo por empresa credenciada. Em todo caso será observado o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

8.4. No caso dos Profissionais da Enfermagem contemplados por lei, além dos valores contidos na tabela 01, poderão estes receberem, conforme carga horária e exclusivamente nos limites do



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ingresso, os valores recebidos da União, através do Fundo Municipal de Saúde, destinados ao cumprimento da assistência financeira complementar da União de que trata a Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, Emenda Constitucional 127 de 22 de dezembro de 2022, decisão do STF na ADI 7222 e a portaria GM/MS 1.135 de 16 de agosto de 2023 ou outra que vier a substituí-la.

8.4.1. O repasse dos valores de que trata o subitem 8.2.1. será efetuado individualmente, após observação do montante repassado pelo Ministério da Saúde, com base nos dados validados e demonstrados no InvestSUS para o profissional contratado, ou outro sistema que vier a substituí-lo, se este fizer jus. O pagamento desta complementação será feito nos termos da legislação supracitada, através de contrato acessório. No caso do não repasse pela união o Município se compromete apenas com o pagamento pela prestação do serviço, conforme valores descritos nas tabelas do anexo 01.

8.4.2. Quaisquer impostos e/ou taxas incidentes sobre a prestação de serviço, serão de inteira responsabilidade do credenciado contratado, correndo às suas expensas o respectivo pagamento, não cabendo à CONTRATANTE nenhum tipo de despesa/custo adicional.

## **9. DOS PAGAMENTOS**

9.1. Os pagamentos devidos relativos a serviços de prestação continuada serão mensais **após a devida comprovação da efetiva prestação do serviço contratado** e, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, este se dará mediante CRÉDITO EM CONTA CORRENTE, e condicionados à apresentação de nota fiscal e demais certidões que comprovem a aptidão jurídica e administrativa necessária à recepção de crédito de entidades públicas. Em todo caso o contratado só será remunerado pelo serviço efetivamente prestado.

9.2. Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigência, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela, referentes aos serviços **efetivamente prestados** na competência.

9.3. Para o devido cumprimento do acima exposto, deverá o credenciado contratado apresentar notas fiscais mensais, até o último dia útil do mês, referente aos serviços prestados naquela competência;

9.4. As notas fiscais deverão estar devidamente acompanhadas das respectivas autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Municipal de Caculé, que autorizaram a realização dos serviços e procedimentos, se for o caso. Deverá conter os elementos que comprovem o



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

cumprimento da obrigação, isto é, as assinaturas que comprovem que efetivamente o serviço foi prestado, assim como o relatório de atividades desenvolvidas e planilha de composição de custos;

9.5. No caso de profissionais que atuam em programa cuja vinculação é o cumprimento de determinada carga horária, o pagamento se balizará pela apuração da frequência que obrigatoriamente deverá ser assinada pelo credenciado contratado e devidamente conferida pelo Coordenador do Serviço;

9.6. Caso alguma nota fiscal apresente valores diferentes aos estabelecidos na Tabela ou serviços autorizados, ou faça referência a serviços que comprovadamente não foram prestados, ou o foram de forma parcial, as mesmas serão devolvidas para a devida adequação.

## **10. SÃO OBRIGAÇÕES**

### **10.1 DO CREDENCIANTE**

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta de credenciamento no que diz respeito à natureza, quantidade e qualidade de serviços.

10.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.1.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento, jurídicos e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no termo de contrato ou no instrumento que o substitua.

10.1.5. Planejar, coordenar, acompanhar, monitorar, orientar e avaliar a execução da oferta de serviços prestados pelos contratados.

10.1.6. Realizar, a qualquer tempo, se assim julgar necessário, sozinho ou com o apoio de empresas ou órgãos de consultoria, auditoria e afins, procedimentos de supervisão da execução dos serviços prestados pelos entes credenciados.

10.1.7. Informar ao setor responsável sobre ocorrências que possam ter implicação na execução financeira;

10.1.8. Expedir normas complementares para execução das ações;

10.1.9 Realizar visitas técnicas para acompanhamento e monitoramento dos profissionais e instituições credenciadas e contratadas, com o objetivo de identificar e avaliar a capacidade física e operacional e a qualidade das ações e dos serviços prestados.

## 10.2 DO CREDENCIADO

10.2.1. Garantia da integridade física e psíquica dos assistidos durante os procedimentos e intervenções, prevenindo e protegendo-os de situações de risco.

10.2.2. Igualdade de tratamento sem quaisquer discriminações, ou discriminando-os na medida da necessidade do cumprimento do Direito Constitucional à Isonomia.

10.2.3. Garantir o cumprimento das metas de qualidade gerais e específicas desde a admissão até o acompanhamento no pós-realização do atendimento.

10.2.4. Utilizar os recursos tecnológicos e equipamentos apropriados, da maneira adequada e oportuna, prestando serviço de modo adequado.

10.2.5. Obedecer aos protocolos recomendados pelos Conselho de Classe, Sociedade Brasileira, bem como atender às diretivas das políticas da área responsável pelo contrato, ou ainda instituídos pela Secretaria Municipal de Saúde de Caculé.



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.2.6. O prestador de Serviços, independente da personalidade jurídica, se obriga a fornecer à Secretaria Municipal de Saúde de Caculé todas as informações necessárias à alimentação dos Sistemas de Informação, devendo para tanto utilizar os sistemas, formulários e instrumentos padronizados pelo Ministério Saúde ou Secretaria Municipal Saúde de Caculé, que deverão ser entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação de serviços.

10.2.7. Todas as ações e serviços obtidos através deste credenciamento sofrerão controle e avaliação por parte da Secretaria Municipal, bem como poderão sofrer auditorias internas e/ou externas, sejam elas durante o curso do contrato ou até mesmo após a consecução do mesmo, estando o CREDENCIADO obrigado a manter e fornecer os documentos e informações solicitados à aferição da efetividade e qualidade, nos limites da legislação vigente.

10.2.7.1 Fica ainda o CREDENCIADO obrigado a assumir o ônus decorrente da inexecução, desvios de finalidade ou prestação de serviço realizada de forma comprovadamente insatisfatória ou inadequada. Em todas as medidas administrativas e judiciais será assegurado o amplo direito ao contraditório e a defesa.

10.2.8 Na execução da assistência é vedado qualquer tipo de pesquisa, ensaio clínico ou tratamento experimental, devendo ainda o prestador de serviço guardar estrito respeito à ética, moralidade, humanidade e respeito pela dignidade humana.

10.2.9. É vedada, sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Saúde, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como, sem o assentimento da contratante, a fusão, cisão ou incorporação da contratada, a subcontratação parcial do objeto ou a associação da contratada com outrem, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

## **11. DAS PENALIDADES**

11.1. O contratado será responsabilizado administrativamente sofrendo as penalidades contidas nos Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133, de 1 de abril de 2021, caso incorra nas seguintes situações reproduzidas a seguir:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto ou serviço sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- IX - fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1.as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste item será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste item, será de 2% do valor do contrato celebrado, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1. deste edital.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do item 11.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do item 11.1 deste edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste item será precedida de análise jurídica, devendo ser aplicada exclusivamente pelo Secretário Municipal de Saúde;

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do item 11.2. , será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do item 11.2. deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste item;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas neste edital, na Lei Federal de Licitações, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.6. conforme determina o Art. 160 da Lei Federal 14.133/2021, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.7. A Prefeitura Municipal deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 do item 11.2. o Gestor Municipal observará o determinado no parágrafo único do Art. 161 da Lei Federal 14.133/2021

11.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste edital ou no instrumento contratual, observado o contido no parágrafo único do art. 162 da Lei Federal 14.133/2021.

11.9. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município, pela própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que observado o disposto no Art. 163 da Lei Federal 14.133/2021, a saber:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no artigo supracitado.



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do item 11.2. exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **12. DO DESCREDENCIAMENTO**

12.1. O credenciamento dos prestadores de serviços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá ocorrer quando:

12.2. Comprovado fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do prestador de serviço, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas e ajustadas no instrumento contratual;

12.3. O prestador de serviços que deixar de apresentar as atualizações dos documentos solicitados;

12.4. O estabelecimento do prestador de serviços que for reprovado ou declarado inapto pela Prefeitura Municipal de Caculé;

12.5. O prestador de serviço que deixar, sem motivo justificado, previamente informado, de prestar os serviços contratados, ou deixar de informar as ações e procedimentos vinculados ao contrato, de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Municipal de Caculé;

12.6. O prestador de serviço que deixar de prestar a assistência técnica prevista nesta Instrução ou noutra emanada pela Secretaria contratante;

12.7. O prestador de serviço deixar de atender os usuários de forma adequada e satisfatório, bem como o que suspender o atendimento sem prévio aviso, devendo este ser feito por escrito e em lapso temporal razoável. Exceção será feita apenas para os motivos relacionados a catástrofes e comprovada comoção popular, ou outras situações onde se possa excluir a Responsabilidade Civil;

12.8. O prestador de Serviços que incorrer em ato de discriminação entre os usuários regulados pela Secretaria Municipal de Caculé, e outros atendidos por convênio, ou através do pagamento direto ao prestador. Estão incluídas neste item as seguintes situações: a) utilização de instalações /recepções ou equipamentos diferenciados, que possam ser classificados como discriminatórios; b) diferenciar ordem de atendimento, com privilégio aos clientes advindos de relações adversas a este credenciamento; c) cobrança de taxa extra e/ou outras medidas que venham a constranger ou discriminar usuários;



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### 13. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas referentes à execução dos contratos decorrentes deste credenciamento correrão à conta do Orçamento Geral, devendo onerar as seguintes fontes do orçamento:

<b>Órgão:</b>	<b>4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACULÉ</b>
<b>Secretaria:</b>	020300 Fundo Municipal de Saúde
<b>Unidade:</b>	020300 Fundo Municipal de Saúde
	10.301.0008.2.065 Gestão de Ações da Atenção Primária
	10.305.0008.2.066 Manutenção das Ações do Bloco da Vigilância em Saúde
	10.301.0008.2.067 Gestão das Ações do Programa Agentes Comunitários de Saúde - ACS
	10.301.0008.2.068 Gestão das Ações do Programa Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada
	10.303.0008.2.069 Manutenção das Ações do Bloco da Assistência Farmacêutica
	10.122.0008.2.070 Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde
<b>Projeto / Atividade:</b>	10.302.0008.2.071 Manutenção das Ações do Bloco da Atenção Especializada
	10.301.0008.2.083 Gestão das Ações do Programa Incentivo para Ações Estratégicas
	10.301.0008.2.260 Gestão das Ações do Programa Incentivo Financeiro da APS - Desempenho
	10.302.0008.2.290 Gestão das Ações do CAPS
	10.302.0008.2.331 Manutenção do TFD - Tratamento Fora do Domicílio
	10.301.0008.2.336 Enfrentamento da Emergência COVID-19 - Saúde
<b>Elementos de Despesas</b>	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
	16000000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
	1500 Recursos Não Vinculados de Impostos
<b>Fonte de Recurso</b>	1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fonte: QDD 2024.

## **15. CONDIÇÕES GERAIS**

15.1. O serviço fornecido pelo credenciado contratado estará sujeito a não aceitação pelo órgão requisitante, a quem caberá o direito de recusa, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado.

15.2. A contratação em questão não irá gerar, em hipótese alguma, qualquer vínculo empregatício entre os funcionários e/ou prepostos da credenciada contratada e a CONTRATANTE.

15.3. Quaisquer acidentes e/ou danos que por acaso vierem a sofrer os prepostos da credenciada contratada na execução dos serviços, sua respectiva reparação, seja a qual título for, é de responsabilidade da mesma, não cabendo à CONTRATANTE qualquer tipo de solidariedade e/ou subsidiariedade.

15.4. As despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, que estará descrita de forma definitiva no contrato de Prestação de Serviços.

15.5. Os interessados que desejarem outros esclarecimentos poderão obtê-los, no horário das 08:00min às 17:00min, na Secretaria Municipal de Saúde, no endereço contido na capa deste documento.

15.6. As empresas que solicitarem credenciamento, bem como as credenciadas contratadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

15.7. A execução do contrato será avaliada pela Secretaria de Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, onde será observado o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

15.8. A credenciada contratada se compromete a cumprir as determinações contidas neste Edital, assim como nos anexos, que são partes integrantes deste.

15.9. As Notas Fiscais deverão ser extraídas de acordo com os dados abaixo: Fundo Municipal de Saúde de Caculé – BA, CNPJ 12419478000130.



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

15.10. Os serviços contratados a partir do presente Edital serão regidos pela Lei Federal N.º 14.133/21 e suas alterações, e Decreto Municipal n.º 1.835, de 21 de dezembro de 2023. Os casos Omissos ao Edital serão dirimidos pela Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Saúde.

15.11. O ente credenciado poderá ou não ser contratado, respeitados o interesse público, a necessidade do serviço e disponibilidade orçamentária, não causando tal aspecto nenhum prejuízo ao credenciante.

15.12. Sob nenhuma hipótese colaboradores vinculados através deste instrumento poderão apresentar atestados médicos, ou terão direito a fruição e gozo de direitos característicos de relações de trabalho estranhas à mera condição de prestadores de serviços. Na ausência ao serviço pactuado, para fazer jus ao recebimento pela prestação de serviços, a pessoa ou entidade deverá providenciar outro profissional para a realização da atividade.

15.13. A inscrição neste processo implica aceitação tácita das condições aqui presentes.

Em Caculé - BA, 29 de dezembro de 2023.

**PEDRO DIAS DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**EDIENE COUTINHO DOS SANTOS ARANTES**  
Secretária Municipal de Saúde



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I  
TABELAS DE SERVIÇOS E VALORES DE POSSÍVEL CREDENCIAMENTO

TABELA 01 – SERVIÇOS MÉDICOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE					
Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
1.1	<b>Plantão médico de 24 horas em Unidade de Suporte Avançado de Vida do Serviço Móvel de Urgência (USA/SAMU-192).</b> Descrição do serviço: Consiste no Atendimento médico e resgate de pacientes em situações de urgência e emergência, seja na rua ou em domicílio, onde haja a necessidade de intervenção especializada imediata e remoção para Unidades de Saúde com atendimento de Pronto Socorro. Também estão incluídas no escopo de atuação as ordens emanadas pela Política Nacional de Urgência e Emergência, devendo todo e qualquer atividade ser precedida de prévia regulação pela Central de Regulação às Urgências. Referência: Plantão assumido no período das 07:00h às 07:00h, a ser cumprido integralmente na base descentralizada do SAMU-192 de Caculé, salvo alteração anteriormente divulgada em mural de avisos. Observação: O plantão, conforme necessidade, poderá ser convertido em menos horas e será pago pela proporcionalidade, a exemplo de plantões de 12h.	366	Plantão	2.100,00	768.600,00
1.2	<b>Plantão médico em Unidade Hospitalar durante 12 horas de segunda a sexta-feira.</b> <b>Descrição do serviço:</b> atendimentos de urgência e emergência ao ser humano em todos seus ciclos de vida, inclusive no processo de nascimento e parto; prescrição e atendimento de intercorrências clínicas e cirúrgicas em pacientes internados; assistência a paciente crítico/semicrítico em sala de estabilização; regulação de	262	Plantão	850,00	222.700,00





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	pacientes para níveis de maior complexidade assistencial. <b>Referência:</b> Plantão de 12 horas realizados durante a semana.				
1.3	<b>Plantão médico em Unidade Hospitalar durante 12 horas de sábado a domingo.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Atendimentos de urgência e emergência ao ser humano em todos seus ciclos de vida, inclusive no processo de nascimento e parto; prescrição e atendimento de intercorrências clínicas e cirúrgicas em pacientes internados; assistência a paciente crítico/semicrítico em sala de estabilização; regulação de pacientes para níveis de maior complexidade assistencial. <b>Referência:</b> Plantão de 12 horas realizados em finais de semana.	104	Plantão	915,00	95.160,00
1.4	<b>Serviço de médico Diarista/Prescritor para Unidade Hospitalar.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Consiste na prescrição e evolução de pacientes em regime de internação nas diversas áreas da assistência. O profissional também se compromete a realizar documentos, relatórios de referência, contra referências, relatórios de alta e demais documentos necessários à regulação, continuidade da assistência e faturamento dos internamentos. Compreende nos serviços os atendimentos específicos a crianças. <b>Referência:</b> Serviço a ser prestado todos os dias da semana, durante todo o ano, independentemente do número de pacientes internados.	01	Profissional/ Mês	12.950,00	155.400,00
1.5	<b>Serviço em clínica médica e medicina interna ambulatorial em Unidade Hospitalar.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Consiste na realização de Consulta em Clínica Médica ambulatorial com o objetivo de realizar diagnóstico, tratamento e reabilitação, bem como emitir laudos e pareceres, em ambulatório do hospital municipal, inclusive como reforço ao serviço de acolhimento e classificação de risco.	366	Plantão	600,00	219.600,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<b>Referência:</b> Plantões de 08 horas diárias.				
1.6	<b>Serviço médico especializado em cirurgia geral de médio e grande porte.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Consiste na realização de cirurgia geral de médio e grande porte, com ou sem a abordagem de grandes cavidades do corpo, independentemente do tipo de anestesia. São exemplos: colecistectomia, herniorrafias/hernioplastias, laqueadura tubária, histerectomia, colpoperineoplastia, apendicectomia e laparotomia exploradora, dentre outras devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e conforme capacidade instalada da Unidade Hospitalar. <b>Referência:</b> Serviço remunerado por procedimento, não incluídas as de pequeno porte.	480	Procedimento	1.250,00	600.000,00
1.7	<b>Serviço médico especialista em saúde mental em Unidade de Atenção Psicossocial – CAPS.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Os profissionais habilitados para prestação deste serviço se obrigam a: diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos em regime ambulatorial, dirigidos a pacientes psiquiátricos/neuropsiquiátricos e a seus familiares, através de técnicas e métodos de exame e tratamento psicológico e neuropsicológico, visando propiciar condições de escuta e inclusão social; realizar atendimento individual, grupal, visitas domiciliares, atividades comunitárias, sessões clínicas; implementar ações para promoção da saúde; participar de perícias, sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área de saúde mental; desempenhar as atividades de assistência, promoção e recuperação da saúde e habilitação social de modo interdisciplinar; prestar assistência em saúde mental ambulatorial; participar em	01	Profissional/ Mês	12.950,00	155.400,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	reuniões de equipe; proporcionar um tratamento que preserve e fortaleça os laços familiares; realizar a elaboração do Plano Terapêutico Individual (PTI); realizar o acolhimento dos pacientes; ser o responsável técnico pela prescrição de medicamentos; adotar uma postura ética frente à equipe e aos pacientes do CAPS, prestar suporte ambulatorial aos moradores da SRT-2, dentre outras atribuições estabelecidas em Portarias Ministeriais. <b>Referência:</b> O profissional deverá trabalhar 20 horas semanais.				
1.8	<b>Serviço médico especializado em psiquiatria em Unidade de Atenção Psicossocial – CAPS.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Os profissionais habilitados para prestação deste serviço se obrigam a: diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos em regime ambulatorial, dirigidos a pacientes psiquiátricos/neuropsiquiátricos e a seus familiares, através de técnicas e métodos de exame e tratamento psicológico e neuropsicológico, visando propiciar condições de escuta e inclusão social; realizar atendimento individual, grupal, visitas domiciliares, atividades comunitárias, sessões clínicas; implementar ações para promoção da saúde; participar de perícias, sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área de saúde mental; desempenhar as atividades de assistência, promoção e recuperação da saúde e habilitação social de modo interdisciplinar; prestar assistência em saúde mental ambulatorial; participar em reuniões de equipe; proporcionar um tratamento que preserve e fortaleça os laços familiares; realizar a elaboração do Plano Terapêutico Individual (PTI); realizar o acolhimento dos pacientes; ser o responsável técnico pela prescrição de	01	Profissional/ Mês	12.950,00	155.400,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	medicamentos; adotar uma postura ética frente à equipe e aos pacientes do CAPS, prestar suporte ambulatorial aos moradores da SRT-2, dentre outras atribuições estabelecidas em Portarias Ministeriais. <b>Referência:</b> O profissional deverá trabalhar 16 horas semanais.				
1.9	<b>Serviço médico em Autorização de Internamento Hospitalar (AIH) e Guias de Tratamento Fora do Domicílio (TFD).</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional habilitado para prestação deste serviço se obriga a: avaliar e autorizar internamentos hospitalares e Tratamento Fora do Domicílio, bem como emitir parecer acerca da sua pertinência. Para o exercício desta atividade, desde que necessário o profissional poderá avaliar prontuários, examinar pacientes, respeitados os limites do código de ética médica, bem como deverá assumir a responsabilidade sobre a pertinência dos laudos autorizados; <b>Referência:</b> O profissional deverá autorizar todos os laudos e solicitações emitidas no mês.	01	Profissional/ Mês	1.412,00	16.944,00
1.10	<b>Serviço médico especializado em urologia.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional contratado deverá possuir especialidade médica que o habilite a tratar e diagnosticar as doenças do trato urinário tanto em homens, quanto em mulheres, atuando sobre injúrias que acometem órgãos como bexiga, rins, uretra e ureteres. <b>Referência:</b> O profissional deverá realizar minimamente 30 consultas/mês, incluindo o exame de toque retal masculino.	01	Profissional/ Mês	7.230,00	86.760,00
1.11	<b>Serviço médico de acompanhamento de pacientes em transporte intermunicipal/ inter-hospitalar, em ambulância tipo A ou superior.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional Credenciado para a prestação deste serviço obriga-se a acompanhar e prestar	60	Viagem	1.050,00	63.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p>assistência médica a pacientes em ambulância tipo A ou superior, durante transporte intermunicipal, entre unidades e serviços de saúde, devidamente autorizada pela Central de Regulação, ou para realização de exames, desde que devidamente autorizado. O serviço deverá ser prestado a pacientes com necessidade de transporte em decúbito horizontal, de caráter eletivo ou não, devendo servir ao transporte de um paciente por vez, respeitando as condições materiais, o grau de habilitação e necessidades dos pacientes.</p> <p><b>Referência:</b> O pagamento por este serviço se dará por viagem em cujo valor está incluído a permanência de até 06 (seis) horas fora do município. Será acrescido o valor de R\$ 100,00 (cem reais) por hora extra, caso a viagem exceda o tempo máximo de acima citado.</p>				
1.12	<p><b>Serviço médico especializado em anesthesiologia para cirurgia de médio e grande porte.</b></p> <p><b>Descrição do serviço:</b> Consiste na realização de anestésias para cirurgia geral de médio e grande porte, com ou sem a abordagem de grandes cavidades do corpo.</p> <p><b>Referência:</b> Serviço remunerado por procedimento.</p>	480	Procedimento	400,00	192.000,00
1.13	<p><b>Serviço de sobreaviso médico noturno, em cirurgia geral, incluindo obstétrica.</b></p> <p><b>Descrição do serviço:</b> O profissional contratado deverá permanecer à disposição da instituição de saúde, de forma não presencial, cumprindo jornada de trabalho preestabelecida, para ser requisitado, quando necessário, por qualquer meio ágil de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial quando solicitado em tempo hábil para realização de cirurgia geral, incluindo cirurgias obstétricas, dentre outras devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e conforme capacidade instalada da Unidade</p>	02	Profissional/ Mês	5.700,00	136.800,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	Hospitalar. <b>Referência:</b> O profissional deverá manter-se de sobreaviso das 18:00h às 07:00h, conforme escala prévia.				
1.14	<b>Serviço médico para atendimento em obstetrícia clínica.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional contratado deverá permanecer à disposição da instituição de saúde, cumprindo jornada de trabalho preestabelecida, devendo ter condições de atendimento presencial quando solicitado em tempo hábil para realização de avaliações e partos normais sem distorcia, podendo não possuir título de especialista. <b>Referência:</b> O profissional deverá manter-se de segunda a sexta-feira (07:00 às 17:00), conforme escala prévia.	01	Profissional/ Mês	6.500,00	78.000,00
1.15	<b>Serviço de sobreaviso médico noturno, em anestesiologia.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional contratado deverá permanecer à disposição da instituição de saúde, de forma não presencial, cumprindo jornada de trabalho preestabelecida, para ser requisitado, quando necessário, por qualquer meio ágil de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial quando solicitado em tempo hábil para realização de anestесias em cirurgias com ou sem a abordagem de grandes cavidades do corpo. <b>Referência:</b> O profissional deverá manter-se de sobreaviso durante 3 dias na semana, conforme escala prévia.	01	Profissional/ Mês	5.700,00	68.400,00
1.16	<b>Serviço médico especializado em ginecologia e obstetrícia.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional contratado deverá possuir especialidade médica que o habilite realizar avaliação, diagnóstico e tratamentos presenciais e por telemedicina, além da prestação de serviço de sobreaviso médico para atendimentos em caráter de urgência/ emergência relacionadas a ginecologia e obstetrícia. Também deverá realizar procedimentos	01	Profissional/ Mês	10.000,00	120.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	como: inserção de DIU, coleta de material para biopsia, cauterização, LEEP, Cirurgia de Alta Frequência (CAF), exérese de pólipos endocervicais, dentre outros. <b>Referência:</b> O profissional deverá realizar minimamente 60 consultas e/ou 20 procedimentos/mês.				
1.17	<b>Serviço médico especializado em ortopedia e traumatologia.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional contratado deverá possuir especialidade médica que o habilite a avaliar, tratar e diagnosticar disfunções ou lesões do sistema musculo esquelético, a exemplo de ossos, articulações, tendões, ligamentos, músculos e nervos. Poderá também realizar procedimentos e intervenções como redução incruenta, imobilizações provisórias, instalação de aparelhos gessados, dentre outros. <b>Referência:</b> O profissional deverá realizar minimamente 60 consultas e/ou procedimentos mês.	02	Profissional/ Mês	5.000,00	120.000,00
1.18	<b>Serviço médico especializado em nefrologia.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional contratado deverá possuir especialidade médica que o habilite a avaliar, tratar e diagnosticar doenças renais. Também estão incluídos a emissão de laudos, prescrições, solicitações de exames, enfim, todas as atividades necessárias ao provimento da continuidade da assistência. <b>Referência:</b> O profissional deverá realizar minimamente 20 consultas/mês.	01	Profissional/ Mês	4.000,00	48.000,00
1.19	<b>Serviço médico especializado em pediatria.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional contratado deverá ser habilitado para cuidar da saúde da criança e do adolescente, isto é, que presta assistência a esse público específico em seus mais diversos aspectos, tanto de modo preventivo quanto curativo. O serviço deverá ser realizado em modo presencial	02	Profissional/ Mês	5.000,00	120.000,00





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	e por telemedicina, além da prestação de serviço de sobreaviso médico para atendimentos relacionadas a urgências/emergências pediátricas. <b>Referência:</b> O profissional deverá realizar minimamente 35 consultas/mês.				
1.20	<b>Serviço médico especializado em cardiologia com eletrocardiograma.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O Profissional habilitado para prestação deste serviço se compromete a diagnosticar e instituir tratamento de doenças que afetam o coração e os grandes vasos, realizar avaliação cardiológica pré-operatória, inclusive com estratificação de risco cirúrgico. Também deverá emitir pareceres, opiniões e laudos, sempre que demandado, além de realização de eletrocardiograma e atender sobreaviso noturno durante a semana em urgências e emergências em Unidade Hospitalar. <b>Referência:</b> O profissional deverá realizar minimamente 80 consultas/mês com a mesma quantidade de eletrocardiograma.	01	Profissional/ Mês	10.000,00	120.000,00
	<b>Telemedicina especializada.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Consiste na troca de informações clínicas por meio de recursos tecnológicos, devendo possuir especialização nas diversas áreas da medicina, sob demanda. <b>Referência:</b> O profissional deverá realizar minimamente 20 consultas/mês ou com pagamento proporcional aos atendimentos.	05	Profissional/ Mês	1.412,00	84.720,00
1.21	<b>Ureterolitotripsia.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Consiste na remoção de cálculos localizados no ureter e no interior dos rins, através de técnica minimamente evasiva. Neste procedimento estão incluídos os serviços do profissional urologista, utilização dos equipamentos e insumos necessários, assim como internamento hospitalar, se necessário. <b>Referência:</b> Serviço remunerado por procedimento.	24	Procedimento	2.000,00	48.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.22	<b>Serviço de eletrocardiograma com emissão de laudo.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Consiste na laudagem do registro da variação dos potenciais elétricos gerados pela atividade elétrica do coração, aferido através de equipamentos e métodos apropriados. A captação do tracejado deverá ser realizada no município e o laudo emitido fora deste por telediagnóstico, desde que respeitados todos os aspectos relacionados ao sigilo e a Lei Geral de Proteção de Dados. A empresa contratada se compromete a dispor ao Município, através de comodato, eletrocardiógrafo e computador portátil durante toda vigência do contrato. <b>Referência:</b> Serviço remunerado por procedimento.	4.080	Procedimento	35,00	142.800,00
<b>Resultado</b>					<b>3.817.684,00</b>

<b>TABELA 02 – SERVIÇOS MÉDICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>U.M.</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>V. Total</b>
2.1	<b>Serviço de Clínica médica – medicina comunitária em Unidades de Atenção Primária à Saúde.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Os profissionais Credenciados para a prestação este serviço obriga-se a: I - realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; II - realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc); III - realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; IV - encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário; V - indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; VI - contribuir, realizar e	08	Profissional/ Mês	12.950,00	1.243.200,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe; e VII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USB. Também estão inclusas no escopo das atividades realizadas por este profissional as responsabilidades gerais a todos os profissionais de saúde que atuam em equipes da Atenção Primária. <b>Referência:</b> Serviço a ser prestado na zona urbana ou rural, na unidade principal e unidades satélites, conforme determinação da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais.				
2.2	<b>Serviço médico em clínica médica e medicina interna na Atenção Primária de Saúde, aos sábados.</b> <b>Descrição do serviço:</b> Consiste na realização de consulta em clínica médica com o objetivo de realizar diagnóstico, tratamento e reabilitação, bem como emitir laudos e pareceres, em ambulatório especializado ou unidade básica, com duração média de 16 minutos por consulta. <b>Referência:</b> serviço remunerado por hora.	1.664	Horas	107,00	178.048,00
<b>Resultado</b>				<b>1.421.248,00</b>	

<b>TABELA 03 – SERVIÇOS DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>U.M.</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>V. Total</b>
3.1	<b>Serviços de biomédico em Laboratório Municipal.</b> <b>Descrição do serviço:</b> O profissional credenciado deverá estar apto a desenvolver as seguintes atribuições, respeitados os marcos normativos que regulam o exercício profissional: I - supervisionar, realizar e orientar exames bioquímicos, hematológicos, imunológicos, parasitológico e outros, empregando aparelhos e reagentes apropriados; II - interpretar, avaliar e liberar os resultados dos exames para fins de diagnóstico clínico; III - verificar sistematicamente os aparelhos a serem utilizados nas análises, ajustando-os e	01	Profissional/ Mês	2.500,00	30.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p>calibrando-os quando necessário, a fim de garantir funcionamento e a qualidade dos resultados; IV - controlar a qualidade dos produtos e reagentes utilizados, bem como dos resultados das análises; V- efetuar os registros necessários para controle dos exames realizados; VI - liberar os exames urgentes no máximo até 4 horas após a coleta; VII - liberar os exames de rotina até no máximo 08 dias do dia da coleta; VIII - elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; IX - participar das atividades administrativas de controle e apoio referentes à sua área de atuação; X - realizar estudos de pesquisas microbiológicas, imunológicas, químicas, físico-químicas relativas a quaisquer substâncias ou produto de interesse de saúde pública; XI - validar método de análise, produtos, processos e equipamentos; XII - participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal auxiliar, realizando treinamento em serviço ou ministrando aulas e palestras para contribuir com o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; XIII - participar de grupos de trabalhos e/ ou reuniões com dirigentes das unidades da Prefeitura e de entidades públicas e particulares para fins de formulação e diretrizes, planos e programas concernentes ao Município; XIV - realizar Manual de procedimentos técnicos para todas as áreas da execução; XV - orientar pessoal dos setores quanto aa práticas diárias; XVI - executar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p> <p><b><u>Referência:</u></b> O profissional deverá trabalhar 40 horas semanais no Centro de Saúde/Laboratório Municipal.</p>				
3.2	<p><b>Serviços de biomédico no apoio a Coordenação do Laboratório Municipal.</b></p> <p><b><u>Descrição do serviço:</u></b> O profissional credenciado deverá estar apto a desenvolver</p>	01	Profissional/ Mês	3.200,00	38.400,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p>as seguintes atribuições, respeitados os marcos normativos que regulam o exercício profissional: I - supervisionar, realizar e orientar exames bioquímicos, hematológicos, imunológicos, parasitológico e outros, empregando aparelhos e reagentes apropriados; II - interpretar, avaliar e liberar os resultados dos exames para fins de diagnóstico clínico; III - verificar sistematicamente os aparelhos a serem utilizados nas análises, ajustando-os e calibrando-os quando necessário, a fim de garantir funcionamento e a qualidade dos resultados; IV - controlar a qualidade dos produtos e reagentes utilizados, bem como dos resultados das análises; V- Efetuar os registros necessários para controle dos exames realizados; VI - liberar os exames urgentes no máximo até 4 horas após a coleta; VII - liberar os exames de rotina até no máximo 08 dias do dia da coleta; VIII - elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; IX - participar das atividades administrativas de controle e apoio referentes à sua área de atuação; X - realizar estudos de pesquisas microbiológicas, imunológicas, químicas, físico-químicas relativas a quaisquer substâncias ou produto de interesse de saúde pública; XI - validar método de análise, produtos, processos e equipamentos; XII - participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal auxiliar, realizando treinamento em serviço ou ministrando aulas e palestras para contribuir com o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; XIII - participar de grupos de trabalhos e/ ou reuniões com dirigentes das unidades da Prefeitura e de entidades públicas e particulares para fins de formulação e diretrizes, planos e programas concernentes ao Município; XIV - realizar Manual de procedimentos técnicos para todas as áreas</p>				
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p>da execução; XV - orientar pessoal dos setores quanto as práticas diárias; XVI - executar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p> <p>Além das atividades supramencionadas, deverá realizar atividades de apoio na gestão dos serviços da Coordenação do Laboratório Municipal.</p> <p><b>Referência:</b> O profissional deverá trabalhar 40 horas semanais no Centro de Saúde/Laboratório Municipal.</p>				
3.3	<p><b>Serviços de odontologista em Unidade de Atenção Primária à Saúde.</b></p> <p><b>Descrição do serviço:</b> I - realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; II - realizar a atenção a saúde em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade; III - realizar os procedimentos clínicos da Atenção Primária em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares; IV - realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; V - coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; VI - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; VII - realizar supervisão técnica do Técnico em Saúde Bucal (TSB) e Auxiliar em Saúde Bucal (ASB); e VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.</p> <p><b>Carga horária:</b> 40 horas semanais para</p>	08	Profissional/ Mês	3.200,00	307.200,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	realização de atividades em equipe de saúde da Família na rede de Atenção Primária do município.				
3.4	<b>Serviços de odontologista em Centro Especializado de Odontologia – CEO.</b> <b>Descrição do serviço:</b> I - realizar atividades inerentes a profissão a exemplo das especificadas no item anterior; II - diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; III - periodontia especializada; IV - cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; V - endodontia; VI - atendimento a portadores de necessidades especiais. O tratamento oferecido é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de Atenção Primária e, no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de Saúde Bucal. Os profissionais da Atenção Primária são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas dos casos mais complexos. <b>Carga horária:</b> 40 horas semanais para realização de atividades em CEO.	01	Profissional/ Mês	3.200,00	38.400,00
3.5	<b>Serviços de odontologista em Centro Especializado de Odontologia – CEO, com especialização/pós-graduação.</b> <b>Descrição do serviço:</b> I - realizar atividades inerentes a profissão a exemplo das especificadas no item anterior; II - diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; III - periodontia especializada; IV - cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; V - endodontia; VI - atendimento a portadores de necessidades especiais. O tratamento oferecido é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de Atenção Primária e, no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de Saúde Bucal. Os profissionais da Atenção Primária são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas dos casos mais complexos.	04	Profissional/ Mês	3.700,00	177.600,00





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p><b>Referência:</b> O profissional deverá ter pós-graduação em áreas específicas, conforme Política Nacional que rege a matéria, a exemplo de endodontia, atendimento a portadores de necessidades especiais, câncer de boca, cirurgia oral menor dos tecidos.</p> <p><b>Carga horária:</b> 40 horas semanais para realização de atividades em CEO.</p>				
3.6	<p><b>Serviços de apoio a Coordenação de Odontologia.</b></p> <p><b>Descrição do serviço:</b> I - realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; II - realizar a atenção a saúde em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade; III - realizar os procedimentos clínicos da Atenção Primária em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares; IV - realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; V - coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; VI - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; VII - realizar supervisão técnica do Técnico em Saúde Bucal (TSB) e Auxiliar em Saúde Bucal (ASB); e VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.</p> <p>Além das atividades supramencionadas, deverá realizar atividades de apoio na gestão dos serviços da Coordenação do Laboratório Municipal.</p>	01	Profissional/ Mês	4.400,00	52.800,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<b>Carga horária:</b> 40 horas semanais para realização de atividades de gestão.				
3.7	<b>Serviço de enfermeiro em apoio a Coordenação da Vigilância à Saúde.</b> <b>Descrição do serviço:</b> I – desenvolver ações e atividades de enfermagem conforme determinações da Lei 7.498 de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da Atividade de Enfermagem, respeitado o grau de habilitação. Além das atividades supramencionadas, deverá realizar atividades de apoio na gestão dos serviços da Coordenação da Vigilância à Saúde. <b>Referência:</b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 40 horas semanais.	01	Profissional/ Mês	3.200,00	38.400,00
3.8	<b>Serviço de enfermeiro em atendimento a Rede de Atenção à Saúde - RAS.</b> <b>Descrição do serviço:</b> I – desenvolver ações e atividades de enfermagem conforme determinações da Lei 7.498 de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da Atividade de Enfermagem, respeitado o grau de habilitação. <b>Referência:</b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 40 horas semanais em componentes da Rede de Atenção à Saúde.	05	Profissional/ Mês	2.500,00	150.000,00
3.9	<b>Serviço de enfermeiro em atendimento ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I.</b> <b>Descrição do serviço:</b> I – desenvolver ações e atividades de enfermagem conforme determinações da Lei 7.498 de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da Atividade de Enfermagem, respeitado o grau de habilitação. <b>Referência:</b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 40 horas semanais no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I.	01	Profissional/ Mês	3.200,00	38.400,00
3.10	<b>Serviço de enfermeiro em atendimento a Atenção Primária à Saúde - APS.</b>	08	Profissional/ Mês	3.200,00	307.200,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p><b><u>Descrição do serviço:</u></b> I – desenvolver ações e atividades de enfermagem conforme determinações da Lei 7.498 de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da Atividade de Enfermagem, respeitado o grau de habilitação.</p> <p>O profissional responde pela Responsabilidade Técnica – RT da unidade.</p> <p><b><u>Referência:</u></b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 40 horas semanais em Unidades Básicas do grupo de Atenção Primária à Saúde – APS, podendo ser tanto na zona urbana quanto na zona rural do município.</p>				
3.11	<p><b>Serviço de enfermeiro em atendimento ao SAMU-192.</b></p> <p><b><u>Descrição do serviço:</u></b> I – desenvolver ações e atividades de enfermagem conforme determinações da Lei 7.498 de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da Atividade de Enfermagem, respeitado o grau de habilitação.</p> <p><b><u>Referência:</u></b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 40 horas semanais no SAMU-192.</p>	05	Profissional/ Mês	2.500,00	150.000,00
3.12	<p><b>Serviço de farmacêutico.</b></p> <p><b><u>Descrição do serviço:</u></b> O profissional credenciado deverá estar apto a ser cadastrado junto à Vigilância Sanitária Municipal e no Conselho Regional de Farmácia – CRF, devendo representar a farmácia ou drogaria em todos os aspectos técnico-científicos e responder por todos os atos técnicos praticados, executados por ele ou não. Deve conhecer interpretar e estabelecer condições para o cumprimento da legislação vigente. Deve atuar nos seguintes setores públicos farmacêuticos, conforme necessidade da administração pública: 1) Central de Abastecimento farmacêutico; 2) Central Atenção Psicossocial – CAPS; 3) Farmácia hospitalar</p>	03	Profissional/ Mês	2.500,00	90.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p>e 4) Farmácia Básica, desempenhando em cada uma dessas instâncias as atribuições inerentes e regramento emanado da Secretaria Municipal de Saúde.</p> <p><b>Referência:</b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 40 horas semanais na Farmácia Básica.</p>				
3.13	<p><b>Serviços de fisioterapeuta.</b></p> <p><b>Descrição do serviço:</b> Realizar ações de educação, diagnose e reabilitação na área de Fisioterapia, dentre as quais: I – atendimento domiciliar: visitas e atendimentos domiciliares, acolhimento e acompanhamento de indivíduos e grupos que necessitem de cuidados especiais; II – atendimento individual junto a clínicas especializadas e centros de reabilitação, no tratamento de injúrias e disfunções dos diversos sistemas e aparelhos do corpo humano.</p> <p><b>Referência:</b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 30 horas semanais.</p>	05	Profissional/ Mês	2.500,00	150.000,00
3.14	<p><b>Serviços de fonoaudiologia.</b></p> <p><b>Descrição do serviço:</b> I - avaliar o estado funcional do cliente, a partir da identidade funcional, com ênfase nas patologias e alterações relacionadas à fala e audição; II - planejar, organizar, supervisionar, prescrever e avaliar os projetos terapêuticos desenvolvidos nos clientes; III - solicitar exames complementares para acompanhamento da evolução do quadro funcional do cliente, sempre que necessário; IV – realizar outras atribuições relacionadas à reabilitação, o que inclui a confecção de projetos e modelos terapêuticos, primando sempre pela segurança do paciente.</p> <p><b>Referência:</b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 30 horas semanais.</p>	01	Profissional/ Mês	2.500,00	30.000,00
3.15	<p><b>Serviços de nutricionista.</b></p>	02	Profissional/	2.200,00	52.800,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p><b>Descrição do serviço:</b> I - elaborar cardápios e dietas para os pacientes em unidade hospitalar, ambulatório ou domicílio; II - planejar, organizar, supervisionar, prescrever e avaliar os projetos terapêuticos desenvolvidos aos clientes; III – realizar Planejamento de consumo de alimentos para a unidade hospitalar; IV – realizar outras atividades relacionadas à área de atenção à saúde, de modo isolado ou compondo equipe multiprofissional; V – atuar em programas e projetos, conforme as determinações da gestão municipal, respeitadas as competências profissionais.</p> <p><b>Referência:</b> O profissional habilitado deverá desenvolver suas atividades conforme as condições determinadas pela Gestão, com carga horária de 40 horas semanais.</p>		Mês		
<b>Resultado</b>				<b>1.651.200,00</b>	

<b>TABELA 04 – SERVIÇOS DE BUCOMAXILOFACIAL</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>U.M.</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>V. Total</b>
4.1	<b>Consulta bucomaxilofacial e estomatologia.</b> Procedimentos: avaliação clínica especializada em cirurgia bucomaxilofacial e estomatologia.	260	Procedimento	100,00	26.000,00
4.2	<b>Cirurgia oral menor</b> Procedimentos: extração dentária de todos os tipos (incluindo dentes do siso e outros dentes inclusos); biópsias; tratamento de disfunção temporo-mandibular e dor orofacial.	200	Procedimento	400,00	80.000,00
4.3	<b>Cirurgia oral maior (ambulatorial).</b> Procedimentos: cirurgia pré-protética; cirurgia dos tecidos duros e moles bucais e da face; remoção/tratamento de cisto bucal e da face pequeno; remoção/tratamento de tumor benigno bucal e da face pequeno; bichectomia (funcional); artrocentese da articulação temporo-mandibular; trauma dentoalveolar; cirurgia para nevralgia de trigêmio; fechamento de fistula bucosinusal; remoção de corpo estranho da boca e da face.	80	Procedimento	800,00	64.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4	<b>Cirurgia bucomaxilofacial média complexidade (hospitalar).</b> Procedimentos: tratamento cirúrgico de fratura de mandíbula; fratura de maxila; fratura de zigoma; fratura nasal; fratura de órbita; remoção de cistos bucais e de face grandes; fechamento de fístulas bucofacial; mentoplastia; cirurgia de ferimentos extensos de tecidos moles da face.	24	Procedimento	3.000,00	72.000,00
4.5	<b>Cirurgia bucomaxilofacial média/alta complexidade (hospitalar).</b> Procedimentos: cirurgia de fraturas do terço superior da face; cirurgia de fenda labial e palatina; remoção de tumores bucais e de face benignos grandes; cirurgia de atm; cirurgia ortognática de maxila; cirurgia ortognática de mandíbula; cirurgia de sequela de fratura de face; cirurgia anomalias da face.	24	Procedimento	4.000,00	96.000,00
<b>Resultado</b>				<b>338.000,00</b>	

<b>TABELA 05 – SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA</b>					
Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
5.1	Sessão de fisioterapia	3.000	Sessão	40,00	120.000,00
<b>Resultado</b>				<b>120.000,00</b>	

<b>TABELA 06 – SERVIÇOS EM GASTROENTEROLOGIA</b>					
Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
6.1	Endoscopia Digestiva Alta – EDA	360	Procedimento	250,00	90.000,00
6.2	Colonoscopia	100	Procedimento	700,00	70.000,00
6.3	Ligadura elástica de varizes gastroesofágicas	12	Procedimento	1.200,00	14.400,00
<b>Resultado</b>				<b>174.400,00</b>	

<b>TABELA 07 – SERVIÇOS ULTRASSONOGRÁFICOS</b>					
Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
7.1	Ultrassonografia morfológica	460	Procedimento	200,00	92.000,00
7.2	Ultrassonografia com doppler (todos os sistemas)	240	Procedimento	223,00	53.520,00
7.3	Ultrassonografia de regiões e aparelhos diversos	3.000	Procedimento	70,00	210.000,00
<b>Resultado</b>				<b>355.520,00</b>	

<b>TABELA 08 – SERVIÇOS EM CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS</b>					
-----------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
8.1	Consulta em anestesista	120	Consulta	100,00	12.000,00
8.2	Consulta em angiologia	252	Consulta	170,00	42.840,00
8.3	Consulta em dermatologia	180	Consulta	100,00	18.000,00
8.4	Consulta em endocrinologia	180	Consulta	100,00	18.000,00
8.5	Consulta em gastroenterologia	260	Consulta	100,00	26.000,00
8.6	Consulta em mastologia	180	Consulta	100,00	18.000,00
8.7	Consulta em medicina alergista	180	Consulta	100,00	18.000,00
8.8	Consulta em medicina coloproctologista	180	Consulta	100,00	18.000,00
8.9	Consulta em medicina do trabalho	150	Consulta	100,00	15.000,00
8.10	Consulta em medicina infectologista	130	Consulta	230,00	29.900,00
8.11	Consulta em medicina neuropediatra	210	Consulta	230,00	48.300,00
8.12	Consulta em medicina otorrinolaringologista	150	Consulta	100,00	15.000,00
8.13	Consulta em medicina pneumologista	240	Consulta	200,00	48.000,00
8.14	Consulta em medicina psiquiatra	150	Consulta	100,00	15.000,00
8.15	Consulta em medicina urologista	150	Consulta	100,00	15.000,00
8.16	Consulta em nefrologia	240	Consulta	220,00	52.800,00
8.17	Consulta em neurocirurgia	150	Consulta	100,00	15.000,00
8.18	Consulta em neurologia	260	Consulta	100,00	26.000,00
8.19	Consulta em oftalmologia	500	Consulta	100,00	50.000,00
8.20	Consulta em ortopedia	520	Consulta	100,00	52.000,00
8.21	Consulta em pediatria	260	Consulta	100,00	26.000,00
8.22	Consulta em cirurgião geral	260	Consulta	100,00	26.000,00
8.23	Consulta em cardiologia	300	Consulta	100,00	30.000,00
8.24	Consulta em cardiologia com eletrocardiograma	1200	Consulta	130,00	156.000,00
8.25	Consulta em reumatologia	210	Consulta	230,00	48.300,00
8.26	Consulta com ginecologia/obstetrícia	400	Consulta	100,00	40.000,00
8.27	Consulta em hematologia	30	Consulta	180,00	5.400,00
8.28	Consulta em pneumologia pediátrica	30	Consulta	250,00	7.500,00
8.29	Consulta em hepatologia	30	Consulta	230,00	6.900,00
8.30	Consulta em oncologia	100	Consulta	230,00	23.000,00
8.31	Consulta em alergista	50	Consulta	230,00	11.500,00
<b>Resultado</b>				<b>933.440,00</b>	

**TABELA 09 – SERVIÇOS EM FONOAUDIOLOGIA**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
9.1	Videolaringoscopia	100	Procedimento	140,00	14.000,00
9.2	Vídeo endoscopia nasal	100	Procedimento	250,00	25.000,00
9.3	Audiometria tonal	100	Procedimento	120,00	12.000,00
9.4	Audiometria vocal	100	Procedimento	120,00	12.000,00
9.5	Impedanciometria/imitanciometria	20	Procedimento	120,00	2.400,00
9.6	Bera	20	Procedimento	250,00	5.000,00





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.7	Bera com sedação	20	Procedimento	750,00	15.000,00
9.8	Otoemissões acústicas	20	Procedimento	110,00	2.200,00
9.9	Vetrolaringoscopia	20	Procedimento	180,00	3.600,00
9.10	Retirada de corpo estranho	10	Procedimento	250,00	2.500,00
9.11	DPAC – processamento auditivo central	10	Procedimento	350,00	3.500,00
9.12	Consulta com fonoaudiologia	360	Consulta	60,00	21.600,00
9.13	Sessão de fonoaudiologia	1.800	Sessão	40,00	72.000,00
9.14	Triagem auditiva neonatal	300	Procedimento	120,00	36.000,00
<b>Resultado</b>					<b>226.800,00</b>

**TABELA 10 – SERVIÇOS EM OFTALMOLOGIA**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
10.1	Acuidade visual	1.200	Procedimento	120,00	144.000,00
10.2	Biometria ultrassônica	180	Procedimento	150,00	27.000,00
10.3	C.D.P.O – curva tensional diária	80	Procedimento	130,00	10.400,00
10.4	Gonioscopia	80	Procedimento	120,00	9.600,00
10.5	Mapeamento de retina	180	Procedimento	120,00	21.600,00
10.6	Microscopia especular	100	Procedimento	180,00	18.000,00
10.7	Paquimetria ultrassônica	100	Procedimento	130,00	13.000,00
10.8	Retirada de corpo estranho do olho	17	Procedimento	120,00	2.040,00
10.9	Topografia – ceratoscopia ocular	20	Procedimento	130,00	2.600,00
10.10	Consulta especializada – trat. glaucoma	50	Consulta	100,00	5.000,00
10.11	Consulta especializada – trat. estrabismo	50	Consulta	100,00	5.000,00
10.12	Consulta especializada – trat. catarata	240	Consulta	100,00	24.000,00
10.13	Consulta especializada – retinólogo	50	Consulta	100,00	5.000,00
10.14	Pacote - cirurgia pterigio	80	Procedimento	500,00	40.000,00
10.15	Pacote - cirurgia calásio	80	Procedimento	300,00	24.000,00
10.16	Facectomia com implantação de lio	30	Procedimento	1.300,00	39.000,00
<b>Resultado</b>					<b>390.240,00</b>

**TABELA 11 – SERVIÇOS EM RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
11.1	Ressonância nuclear magnética sem contraste, a exemplo: membros superiores, seios da face, coluna cervical, coluna lombar, sacro-coccix, articulação sacro-ilíaca, hipófise, bacia/quadril, coluna torácica, crânio, cela-turcica, lombo-sacra, região cervical.	500	Procedimento	450,00	225.000,00
11.2	Ressonância nuclear magnética com contraste, a exemplo: membros superiores, seios da face, coluna cervical, coluna lombar, sacro-coccix, articulação sacro-ilíaca, hipófise, bacia/quadril, coluna	700	Procedimento	500,00	350.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	torácica, crânio, cela-turcica, lombo-sacra, região cervical.				
<b>Resultado</b>				<b>575.000,00</b>	

**TABELA 12 – SERVIÇOS EM RADIOLOGIA**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
12.1	Densitometria óssea	40	Procedimento	150,00	6.000,00
<b>Resultado</b>				<b>6.000,00</b>	

**TABELA 13 – SERVIÇOS EM CARDIOLOGIA**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
13.1	Ecocardiograma	250	Procedimento	180,00	45.000,00
13.2	Holter	120	Procedimento	100,00	12.000,00
13.3	Mapa	120	Procedimento	100,00	12.000,00
13.4	Teste ergométrico	360	Procedimento	120,00	43.200,00
13.5	Cateterismo cardíaco	24	Procedimento	2.200,00	52.800,00
13.6	Cintilografia do miocárdio	24	Procedimento	1.200,00	28.800,00
<b>Resultado</b>				<b>193.800,00</b>	

**TABELA 14 – SERVIÇOS EM TOMOGRAFIAS COMPUTADORIZADAS ELETIVAS**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
14.1	TC crânio sem contraste	20	Procedimento	280,00	5.600,00
14.2	TC face sem contraste	20	Procedimento	300,00	6.000,00
14.3	TC mastóides sem contraste	20	Procedimento	300,00	6.000,00
14.4	TC ouvidos sem contraste	20	Procedimento	300,00	6.000,00
14.5	TC pescoço sem contraste	20	Procedimento	300,00	6.000,00
14.6	TC tórax sem contraste	20	Procedimento	300,00	6.000,00
14.7	TC tórax alta resolução sem contraste	20	Procedimento	370,00	7.400,00
14.8	TC coluna cervical sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.9	TC colunotorácica /dorsal sem contraste	20	Procedimento	350,00	7.000,00
14.10	TC coluna lombar sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.11	TC coluna lombossacra sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.12	TC abdome superior sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.13	TC abdome inferior sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.14	TC pelve sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.15	TC abdome total sem contraste	20	Procedimento	550,00	11.000,00
14.16	TC ombro sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.17	TC antebraço sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.18	TC braço sem contraste	20	Procedimento	350,00	7.000,00
14.19	TC cotovelo sem contraste	20	Procedimento	310,00	6.200,00
14.20	TC punho sem contraste	20	Procedimento	310,00	6.200,00
14.21	TC mão sem contraste	20	Procedimento	310,00	6.200,00
14.22	TC bacia sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.23	TC quadril sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.24	TC coxa sem contraste	20	Procedimento	350,00	7.000,00
14.25	TC perna sem contraste	20	Procedimento	350,00	7.000,00
14.26	TC joelho sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.27	TC tornozelo sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.28	TC pé sem contraste	20	Procedimento	330,00	6.600,00
14.29	TC crânio com contraste	20	Procedimento	530,00	10.600,00
14.30	TC face com contraste	20	Procedimento	550,00	11.000,00
14.31	TC mastóides com contraste	20	Procedimento	550,00	11.000,00
14.32	TC ouvidos com contraste	20	Procedimento	550,00	11.000,00
14.33	TC pescoço com contraste	20	Procedimento	550,00	11.000,00
14.34	TC tórax com contraste	20	Procedimento	550,00	11.000,00
14.35	TC tórax alta resolução com contraste	20	Procedimento	620,00	12.400,00
14.36	TC coluna cervical com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.37	TC colunotorácica /dorsal com contraste	20	Procedimento	600,00	12.000,00
14.38	TC coluna lombar com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.39	TC coluna lombossacra com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.40	TC abdome superior com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.41	TC abdome inferior com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.42	TC pelve com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.43	TC abdome total com contraste	20	Procedimento	800,00	16.000,00
14.44	TC ombro com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.45	TC antebraço com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.46	TC braço com contraste	20	Procedimento	600,00	12.000,00
14.47	TC cotovelo com contraste	20	Procedimento	560,00	11.200,00
14.48	TC punho com contraste	20	Procedimento	560,00	11.200,00
14.49	TC mão com contraste	20	Procedimento	560,00	11.200,00
14.50	TC bacia com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.51	TC quadril com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.52	TC coxa com contraste	20	Procedimento	600,00	12.000,00
14.53	TC perna com contraste	20	Procedimento	600,00	12.000,00
14.54	TC joelho com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.55	TC tornozelo com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
14.56	TC pé com contraste	20	Procedimento	580,00	11.600,00
<b>Resultado</b>				<b>512.800,00</b>	

<b>TABELA 15 – SERVIÇOS EM RADIODIAGNÓSTICO COM EMISSÃO DE LAUDO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>U.M.</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>V. Total</b>
15.1	Radiografia panorâmica por topo	360	Procedimento	80,00	28.800,00
15.2	Radiografia panorâmica para implante	10	Procedimento	80,00	800,00
15.3	Raio-x p.a	80	Procedimento	80,00	6.400,00
15.4	Raios-x – perfil	80	Procedimento	80,00	6.400,00
15.5	Teleradiografia lateral	50	Procedimento	80,00	4.000,00
15.6	Radiografia carpal (mão e punho)	50	Procedimento	80,00	4.000,00
15.7	Raios-x da articulação temporo-	50	Procedimento	80,00	4.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	mandibular			
<b>Resultado</b>				<b>54.400,00</b>

**TABELA 16 – PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
16.1	Inserção de diu	36	Procedimento	250,00	9.000,00
16.2	Coleta de material para biopsia	120	Procedimento	150,00	18.000,00
16.3	Cauterização	120	Procedimento	150,00	18.000,00
16.4	Leep caf	60	Procedimento	600,00	36.000,00
16.5	Exérese de pólipos endocervical	60	Procedimento	150,00	9.000,00
Resultado				90.000,00	

**TABELA 17 – PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS POR MAMOGRAFIA**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
17.1	Mamografia	240	Procedimento	120,00	28.800,00
Resultado				28.800,00	

**TABELA 18 – PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS POR ELETRONEUROMIOGRAFIA**

Item	Descrição			Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
18.1	Eletroneuromiografia	de	membros superiores	24	Procedimento	350,00	8.400,00
18.2	Eletroneuromiografia	de	membros inferiores	24	Procedimento	350,00	8.400,00
Resultado						16.800,00	

**TABELA 19 – PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS EM PNEUMOLOGIA**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
19.1	Espirometria	100	Procedimento	120,00	12.000,00
Resultado				12.000,00	

**TABELA 20 – PUNÇÕES PARA COLETA DE MATERIAL PARA ESTUDO ANATOMOHISTOPATOLÓGICO**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
20.1	Punção aspirativa mamária	30	Procedimento	300,00	9.000,00
20.2	Punção aspirativa de tireoide	30	Procedimento	150,00	4.500,00
20.3	Nódulo extra	30	Procedimento	50,00	1.500,00
Resultado				15.000,00	

**TABELA 21 – PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS POR ELETROENCEFALOGRAFIA**

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
21.1	Eletroencefalograma	50	Procedimento	100,00	5.000,00
Resultado				5.000,00	

**TABELA 22 – EXAMES LABORATORIAIS PARA ANÁLISES CLÍNICAS**



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Descrição	Quant.	U.M.	V. Unit.	V. Total
22.1	<p>Realização de procedimentos, testes e exames laboratoriais, visando auxiliar no diagnóstico de doenças, confirmação de uma patologia ou check-up, a serem realizados em laboratórios de análises clínicas, conforme demanda da Secretaria de Saúde.</p> <p>Os serviços deverão ser realizados com preços praticados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, de acordo a tabela unificada do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP do DATASUS, podendo ser consultado através do link: <a href="http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp">http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp</a>.</p> <p>Compreende tanto exames básicos quanto especiais, conforme o caso do paciente. São exemplos de exames que poderão ser realizados (rol exemplificativo): ÁCIDO FÓLICO; ÁCIDO ÚRICO; ACTH; ALANINA AMINOTRANSFERASE – TGP; ALBUMINA; ALFA FETOPROTEINA; ALUMÍNIO; AMILASE; ANATOMO PATOLOGICO COM COLORACAO ESPECIAL; ANATOMO PATOLOGICO DE PEÇA CIRURGICA COM- PLEXA PEQUENA; ANATOMO PATOLOGICO SIMPLES; ANTI - DNA NATIVO (DUPLA HÉLICE); ANTI – SM; ANTI - SS-A (RO); ANTI - SS-B (LA); ANTI COAGULANTE LÚPICO; ANTI- RNP; ANTI TROMBINA III; ANTICORPOS ANTI - TIROSINA FOSFATASE; ANTICORPOS ANTI – TPO; ANTICORPOS ANTI HIV 1+2; ANTICORPOS ANTI RNA POLIMERASE I; ANTICORPOS ANTI RNA POLIMERASE TIPO III; ANTICORPOS ANTI; TIREOGLOBULINA; ANTICORPOS ANTI-CENTROMERO; ANTICORPOS ANTI-GAD; ANTIESTREPTOLISINA O ANTÍGENO</p>	<p>Serviços a serem realizados em observância ao SIGTAP, compreendendo especificações, valores unitários tabela SUS, incluindo as alterações da tabela, sob atualização monetária e quantidade definida pela Secretaria de Saúde sob pedido profissional.</p>			250.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>CARCINOEMBRIÓNARIO;  ANTÍGENO HLA B27 PCR;  ANTÍGENO; PROSTATICO  LIVRE/TOTAL; ASPARTATO AMINO;  TRANSFERASE – TGO;  BACILOSCOPIA; BAERMANN; BETA  2 GLICOPROTEÍNA I IgG e IgM; BETA  HCG QUANTITATIVO;  BILIRRUBINAS TOTAL E FRAÇÕES;  CA 125; CA 15-3; CA 19-9; CÁLCIO;  CÁLCIO IONIZADO;  CALPROTECTINA; CAPTURA  HÍBRIDA PARA HPV; CARDIOLIPINA  - ANTICORPOS IgG; CARDIOLIPINA -  ANTICORPOS IgM; CARIOTIPO COM  BANDA G; CHAGAS - ANTICORPOS  IgG; CHAGAS HEMAGLUTINACAO;  CITOLOGIA DE LÍQUIDO MAMÁRIO;  CITOLOGIA DE PUNÇÃO DA  TIREÓIDE; CITOMEGALOVÍRUS IgG;  CITOMEGALOVÍRUS IgM;  CLEARANCE DE CREATININA;  CLORO; CLOSTRIDIUM DIFFICILE -  TOXINA A e B; COLESTEROL HDL;  COLESTEROL LDL; COLESTEROL  NÃO HDL; COLESTEROL TOTAL;  COLESTEROL VLDL;  COMPLEMENTO C3;  COMPLEMENTO C4;  COMPLEMENTO TOTAL CH50;  COOMBS INDIRETO;  COPROCULTURA; COPROLOGICO  FUNCIONAL; CORTISOL 8 hs; COVID  VIRAL; CREATININA;  CREATINOFOSFOQUINASE - CPK  TOTAL; CREATINOFOSFOQUINASE  MB – CKMB; CULTURA EM GERAL  (COM ANTIBIOGRAMA); CURVA  GLICÊMICA BASAL,120; D-DÍMERO;  DEHIDROGENASE LÁTICA- LDH;  DETERMINAÇÃO DO pH (FEZES);  ELETROFORESE DE  HEMOGLOBINA; ELETROFORESE  DE PROTEÍNAS; ENDOMISIO -  ANTICORPOS IGA; ENDOMISIO -  ANTICORPOS IGG; EPSTEIN BAAR</p>		
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>VIRUS - ANTICORPOS IgG; EPSTEIN BAAR VIRUS - ANTICORPOS IgM; ESTRADIOL (E2); ESTRIOL (E3); FAN - ANTICORPOS ANTI-NUCLEARES; FATOR REUMATOIDE; FERRITINA; FERRO SÉRICO; FIBRINOGENIO; FOSFATASE ALCALINA; FÓSFORO NO SORO; FSH – HORMONIO; FOLICULO ESTIMULANTE; FTA-ABS (IGG); FTA-ABS (IgM); GAMA; GLUTAMIL TRANSFERASE; GLIADINA - ANTICORPOS IgA; GLIADINA - ANTICORPOS IgG; GLICOSE; GLICOSE - TESTE TOLERANCIA; GLICOSE 2 HORAS APÓS DEXTROSOL; GLICOSE POS PRANDIAL – CAFÉ; GLOBULINA; LIGADORA DE HORMONIOS SEXUAIS; GORDURA FECAL – DOSAGEM; GRAM, BACTERIOSCOPIA SEG.; HEMOCULTURA; HEMOGLOBINA GLICADA Aic; HEMOGRAMA; HEMOSSEDIMENTAÇÃO- VHS; HEPATITE B - Anti-HBc IgM; HEPATITE B - Anti-HBc TOTAL; HEPATITE B - Anti-HBs; HEPATITE B – HbsAg; HEPATITE C - Anticorpos HCV; HOMOCISTEINA; HORMONIO DO CRESCIMENTO (HGH); HORMONIO LUTEINIZANTE (LH); HTLV 1 E 2 – ANTICORPOS; IGE - IMUNOGLOBULINA E IGE ESPECIFICO - ALFA LACTOALBUMINA; IGE ESPECIFICO – BANANA; IGE ESPECIFICO - BETA LACTOGLOBULINA; IGE ESPECIFICO – CASEINA; IGE ESPECIFICO - CLARA DE OVO; IGE ESPECIFICO - GEMA DE OVO; IGE ESPECIFICO – LEITE; IGE ESPECIFICO - OVO F245; IGE ESPECIFICO - PELO DE CÃO; IGE ESPECIFICO - PELO DE GATO; IGE ESPECIFICO – SOJA; IGE ESPECIFICO – TRIGO; IGE MULTIPLO - EPIT</p>		
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANIMAIS; IGE MULTIPLO - FUNGOS e LEVEDURAS; IGE MULTIPLO - GRAMINEAS - GX1; IGE MULTIPLO - POEIRA; IGE MULTIPLO - POLENS DE GRAMINEAS; IGF-I - SOMATOMEDINA C; IMUNOGLOBULINAS - IgA; IMUNOHISTOQUIMICA; INDICAN, PESQUISA; INDICE DE SATURAÇÃO DA TRANSFERRINA; INSULINA BASAL; Interferon alfa 2ª; LIPASE; MAGNÉSIO NO SORO; MICROALBUMINURIA - 24hs; MUCOPROTEINA; PARASITOLÓGICO DE FEZES; PARASITOLÓGICO DE FEZES 2ª AMOSTRA; PARASITOLÓGICO DE FEZES 3ª AMOSTRA; PARATORMONIO PTH; PEPTIDEO C; PEPTIDEO CICLICO CITRULINADO; PEPTIDEO NATRIURETICO - BNP; PESQUISA DE LEUCOCITOS (FEZES); PESQUISA DE SANGUE OCULTO; POTÁSSIO SÉRICO; PROGESTERONA; PROLACTINA; PROTEÍNA C REATIVA; PROTEÍNA C ULTRA-SENSIVEL; PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES; PROTEINURIA 24 HORAS; PROTROMBINA - DETECÇÃO DA MUTAÇÃO NO GENE G20210A; RETICULÓCITOS - CONTAGEM; RUBEOLA - ANTICORPOS IgG; RUBEOLA - ANTICORPOS IgM; SELENIO; SÓDIO SÉRICO; SOROLOGIA COVID 19 IGG E IGM; SUMÁRIO DE URINA; T3 - TRIIODOTIRONINA; T4 - TIROXINA LIVRE; T4 -TIROXINA; TEMPO DE COAGULAÇÃO; TEMPO DE PROTROMBINA; TEMPO DE SANGRAMENTO; TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA; Teste de Tolerância Oral a Lactose com 0 , 30, 60; TESTOSTERONA LIVRE; TESTOSTERONA TOTAL;		
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>TIREOGLOBULINA; TOXOPLASMOSE IgG; TOXOPLASMOSE IgM; TRAB - ANTICORPO ANTI RECEPTOR DE TSH; TRANSFERRINA; TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL IgA; TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL IgG; TRIAGEM TOXICOLÓGICA; TRIGLICERÍDEOS; TROPONINA I; TSH - HORMONIO TIREOESTIMULANTE; UREIA; VARICELA ZOSTER IgG; VARICELA ZOSTER IgM; VDRL; VITAMINA A; VITAMINA B12; VITAMINA B6; VITAMINA C; VITAMINA D - 25 HIDROXI; WAALER ROSE; ZINCO SÉRICO; entre outros.</p>		
<b>Resultado</b>		<b>250.000,00</b>

<b>TABELA 23 – PRÓTESES DENTÁRIAS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>U.M.</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>V. Total</b>
23.1	<p>Prestação de Serviço para Confecção de Próteses Dentárias, conforme Política Nacional de Saúde Bucal – Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD), em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, a exemplo de prótese total maxilar, prótese total mandibular, prótese parcial removível maxilar, prótese parcial removível mandibular, prótese coronária/intrarradicular fixa/adesiva (por elemento), com preços praticados pelo SUS, de acordo a tabela unificada do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP do DATASUS, podendo ser consultado através do link: <a href="http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp">http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp</a>.</p>	960	Unidade	150,00	144.000,00
<b>Resultado</b>				<b>144.000,00</b>	

<b>TABELA 24 – CIRURGIAS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>U.M.</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>V. Total</b>
24.1	Realização de cirurgias ortopédicas, conforme grau e complexidade de cada	30	Procedimento	3.500,00	105.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	paciente, seguindo ordem de urgência e agendamento prévio na Central de Marcação e Regulação, a exemplo de reparo de tendão de calcâneo, reparo do manguito rotador, retirada de material de síntese, luxação acromioclavicular, incluindo âncoras, se for o caso, a ser realizadas em local adequado e seguindo diretrizes do Ministério da Saúde e demais órgãos orientadores.				
24.2	Realização de cirurgias vasculares, conforme grau e complexidade de cada paciente, seguindo ordem de urgência e agendamento prévio na Central de Marcação e Regulação, a exemplo de flebctomia e safenectomia, a ser realizadas em local adequado e seguindo diretrizes do Ministério da Saúde e demais órgãos orientadores.	30	Procedimento	2.500,00	75.000,00
24.3	Realização de cirurgias em crianças de amigdalectomia com ou sem adenoidectomia, e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, a ser realizadas em local adequado e seguindo diretrizes do Ministério da Saúde e demais órgãos orientadores de responsabilidade da contratada.	15	Procedimento	4.000,00	60.000,00
<b>Resultado</b>				<b>240.000,00</b>	

<b>RESULTADO FINAL</b>	
<b>TABELA</b>	<b>V. Total</b>
Tabela 01 – Serviços Médicos Na Atenção Especializada À Saúde	3.817.684,00
Tabela 02 – Serviços Médicos Na Atenção Primária À Saúde	1.421.248,00
Tabela 03 – Serviços Demais Profissionais De Saúde	1.651.200,00
Tabela 04 – Serviços De Bucomaxilofacial	338.000,00
Tabela 05 – Serviços De Fisioterapia	120.000,00
Tabela 06 – Serviços Em Gastroenterologia	174.400,00
Tabela 07 – Serviços Ultrassonográficos	355.520,00
Tabela 08 – Serviços Em Consultas Médicas Especializadas	933.440,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Tabela 09 – Serviços Em Fonoaudiologia	226.800,00
Tabela 10 – Serviços Em Oftalmologia	390.240,00
Tabela 11 – Serviços Em Ressonância Magnética Nuclear	575.000,00
Tabela 12 – Serviços Em Radiologia	6.000,00
Tabela 13 – Serviços Em Cardiologia	193.800,00
Tabela 14 – Serviços Em Tomografias Computadorizadas Eletivas	512.800,00
Tabela 15 – Serviços Em Radiodiagnóstico Com Emissão De Laudo	54.400,00
Tabela 16 – Procedimentos Ginecológicos	90.000,00
Tabela 17 – Procedimentos Diagnósticos Por Mamografia	28.800,00
Tabela 18 – Procedimentos Diagnósticos Por Eletroneuromiografia	16.800,00
Tabela 19 – Procedimentos Diagnósticos Em Pneumologia	12.000,00
Tabela 20 – Punções Para Coleta De Material Para Estudo Anatomohistopatológico	15.000,00
Tabela 21 – Procedimentos Diagnósticos Por Eletroencefalograma	5.000,00
Tabela 22 – Exames Laboratoriais Para Análises Clínicas	250.000,00
Tabela 23 – Próteses Dentárias	144.000,00
Tabela 24 – Cirurgias	240.000,00
<b>Resultado Final de Eventual Contratação</b>	<b>11.572.132,00</b>



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

- 1.1.** Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de saúde para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Caculé em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A Secretaria de Saúde do Município de Caculé – BA, vem por meio deste requerer, com base na Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, a abertura de Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas físicas ou jurídicas para EVENTUAL prestação de serviços de saúde para atender às necessidades do Município de Caculé/BA, conforme relação constante no anexo 01 do Edital nº 010/2023. As demais condições e exigências serão designadas neste instrumento.

**2. DA ESPECIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1.** Serão credenciadas pessoas físicas e jurídicas para a prestação dos serviços designados com as respectivas designações expressas no resumo da tabela abaixo e constante no anexo:

RESULTADO FINAL	
TABELA	V. Total
Tabela 01 – Serviços Médicos Na Atenção Especializada À Saúde	3.817.684,00
Tabela 02 – Serviços Médicos Na Atenção Primária À Saúde	1.421.248,00
Tabela 03 – Serviços Demais Profissionais De Saúde	1.651.200,00
Tabela 04 – Serviços De Bucomaxilofacial	338.000,00
Tabela 05 – Serviços De Fisioterapia	120.000,00
Tabela 06 – Serviços Em Gastroenterologia	174.400,00
Tabela 07 – Serviços Ultrassonográficos	355.520,00
Tabela 08 – Serviços Em Consultas Médicas Especializadas	933.440,00
Tabela 09 – Serviços Em Fonoaudiologia	226.800,00
Tabela 10 – Serviços Em Oftalmologia	390.240,00
Tabela 11 – Serviços Em Ressonância Magnética Nuclear	575.000,00
Tabela 12 – Serviços Em Radiologia	6.000,00
Tabela 13 – Serviços Em Cardiologia	193.800,00
Tabela 14 – Serviços Em Tomografias Computadorizadas Eletivas	512.800,00
Tabela 15 – Serviços Em Radiodiagnóstico Com Emissão De Laudo	54.400,00
Tabela 16 – Procedimentos Ginecológicos	90.000,00
Tabela 17 – Procedimentos Diagnósticos Por Mamografia	28.800,00
Tabela 18 – Procedimentos Diagnósticos Por Eletroneuromiografia	16.800,00
Tabela 19 – Procedimentos Diagnósticos Em Pneumologia	12.000,00



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Tabela 20 – Punções Para Coleta De Material Para Estudo Anatomohistopatológico	15.000,00
Tabela 21 – Procedimentos Diagnósticos Por Eletroencefalograma	5.000,00
Tabela 22 – Exames Laboratoriais Para Análises Clínicas	250.000,00
Tabela 23 – Próteses Dentárias	144.000,00
Tabela 24 – Cirurgias	240.000,00
<b>Resultado Final de Eventual Contratação</b>	<b>11.572.132,00</b>

### 3. DA JUSTIFICATIVA

#### 3.1. Justificativa da Necessidade da Contratação

Elucida destacar que os serviços de saúde é grande relevância para o Município, pois garante qualidade de vida à população, entre outros fatores. Apesar de que os serviços ofertados não conseguem atender a população em sua totalidade, devido a várias características particulares de cada região, como financiamento, demografia, perfis epidemiológicos. Além do mais, sempre vem surgindo demandas novas e que precisam ser alteradas com o passar dos anos.

A sociologia que estuda essas mudanças sociais, poderá melhor detalhar como a filosofia jurídica consegue acompanhar as mudanças que a sociedade impõe ou que precisa adequar para os novos contextos. Assim sendo, o ordenamento jurídico tem mudado ainda mais.

Sendo assim, o Município em estudo precisa adotar medidas eficientes e eficazes para a compra de serviços, para atender as demandas de todos os programas da Secretaria de Saúde em âmbito municipal. No tocante a isso, a equipe técnica da Secretaria planejou o quantitativo de cada item visando atender a cidade durante certo tempo, que poderá acontecer de ser insuficiente em casos imprevisíveis, como é o caso da superlotação de unidades, portanto, o Sistema de Credenciamento ainda nos parece ser a melhor opção.

No que tange a demanda propriamente dita, foram realizados por lotes com agrupamento de itens com afinidade. Vale salientar que a Administração desta municipalidade, buscou confeccionar um termo de referência elaborado pelo Setor Técnico da Secretaria Municipal de Saúde, o qual definiu de maneira precisa a descrição dos itens, o que realmente contempla o interesse público em conformidade com os ditames legais, buscando a proposta mais vantajosa e evitando a redução do universo de participantes do procedimento sem frustrar o caráter de participação, preservado, portanto, o referido interesse público, bem como, o TCU já decidiu pela impossibilidade de fracionamento de itens, através dos Acórdãos n.º 1590/2004 e 1437/2002 do plenário.

Cumprе ponderar que, ao decidir pelo procedimento do julgamento das propostas, cujos objetos constituem-se bens divisíveis, que podem ser apartados em categorias ou grupos denominados comumente de “itens”, bem como se diversos itens podem ser agrupados num único lote, a Administração lançando-se do poder discricionário que tem, permitiu que para o estudo objetivado houvesse fragmentação, dentre os vários lotes, contendo os itens agrupados pela sua



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

similaridade, não descurando do interesse público, que demanda ser otimizado.

Sobre o tema, vale citar a obra “Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos”, vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio).

Destarte, os serviços serão de forma parcelada durante todo ano, preferencialmente, mensais, compras intercaladas entre um pedido e outro.

O método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado prestador, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:

- 1) ser técnica e economicamente viável;
- 2) que não haverá perda de escala;
- 3) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da participação.

Vejamos as possíveis vantagens e desvantagens em 02 (duas) plausíveis soluções.

**Matriz 03 – Sistematização dos objetivos estratégicos conforme os cenários prováveis**

<b>PROBLEMAS PRIORIZADOS</b>	<b>CENÁRIO 1 (FAVORÁVEL)</b>	<b>CENÁRIO 2 (DESAVORÁVEL)</b>
<b>Contratação de profissionais em tempos com resposta imediata</b>	Agilidade na contratação por intermédio da modalidade de credenciamento	Não aceitação do profissional em prestar serviços em concordância com os ditames editalícios e contratuais
<b>Respeito aos limites de contratação de pessoal no teto de 54%</b>	Utilização de recursos vinculados para pagamento de profissionais	Recursos vinculados escassos e comprometidos com custeio de fornecedores
<b>Capacitação de Pessoal envolvido no processo</b>	Facilidade na captação da modalidade e aceitabilidade	Rejeição e dificuldade de manuseio do instrumento





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### 3.2. Da Justificativa da Quantidade Solicitada ou Período do Serviço

Foi utilizado histórico dos quantitativos de serviços anteriores, como por exemplo, valores explícitos nos Editais 10/2022, 11/2022 e 12/2022 com algumas contratações ainda vigentes e embasado na Lei Federal n.º 8.666/1993. Ao que manteve a mesma métrica quantitativa e qualitativa por item, o que demonstra que o planejamento anterior restou suficiente para atender as demandas habituais do ente.

### 3.3. Da Justificativa de Estimativa de Preço

Essa pesquisa abrangeu aspectos técnicos e econômicos das soluções para o problema apontado e foi subsidiada por diferentes fontes, tendo sido a principal as contratações similares feitas pelo próprio contratante e por preços unitários regionais praticados no pagamento do tipo de serviço aqui mensurado.

Conforme RESOLUÇÃO 006/2023-CMSC, 13/12/2023, aprova TABELA MUNICIPAL com valores a serem praticados por esta municipalidade.

## 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Caculé, para exercício de 2023/2024, na classificação abaixo:

<b>Órgão:</b>	<b>4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACULÉ</b>
<b>Secretaria:</b>	020300 Fundo Municipal de Saúde
<b>Unidade:</b>	020300 Fundo Municipal de Saúde
<b>Projeto / Atividade:</b>	10.301.0008.2.065 Gestão de Ações da Atenção Primária
	10.305.0008.2.066 Manutenção das Ações do Bloco da Vigilância em Saúde
	10.301.0008.2.067 Gestão das Ações do Programa Agentes Comunitários de Saúde - ACS
	10.301.0008.2.068 Gestão das Ações do Programa Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada
	10.303.0008.2.069 Manutenção das Ações do Bloco da Assistência Farmacêutica
	10.122.0008.2.070 Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	10.302.0008.2.071 Manutenção das Ações do Bloco da Atenção Especializada
	10.301.0008.2.083 Gestão das Ações do Programa Incentivo para Ações Estratégicas
	10.301.0008.2.260 Gestão das Ações do Programa Incentivo Financeiro da APS - Desempenho
	10.302.0008.2.290 Gestão das Ações do CAPS
	10.302.0008.2.331 Manutenção do TFD - Tratamento Fora do Domicílio
	10.301.0008.2.336 Enfrentamento da Emergência COVID-19 - Saúde
<b>Elementos de Despesas</b>	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
	16000000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
	1500 Recursos Não Vinculados de Impostos
<b>Fonte de Recurso</b>	1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2.** A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- 5.3** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), relatórios etc.

## 6. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO

- 6.1.** Os serviços, objeto deste Termo, deverão ser prestados conforme determinação da Secretaria de Saúde do Município de Caculé - BA.
- 6.2.** Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.

## 7. CRITÉRIO DE SELEÇÃO E FORMA DE CLASSIFICAÇÃO



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## **7.1. Critérios de Seleção das Propostas**

### **7.1.1. Conformidade com a Descrição Sumária do Serviço:**

As propostas serão avaliadas quanto à sua conformidade com a descrição sumária do serviço estabelecida no Termo de Referência, conforme Planilha contida no instrumento convocatório, contida no anexo 01. Será verificado se os proponentes atenderam a todas as exigências e especificações mencionadas no documento.

### **7.1.2. Atendimento às Demandas Legais e Regulatórias:**

As propostas serão analisadas para garantir que os proponentes cumpram com todas as obrigações legais e regulatórias pertinentes ao fornecimento de prestação dos serviços designados no Anexo I, referente ao edital a ser publicado. Será verificado se o estabelecimento e/ou prestador de possui as licenças e autorizações necessárias para operar a atividade.

### **7.1.3. Atender aos Padrões de Qualidade Definidos:**

O processo de credenciamento para prestação de serviços de saúde em Caculé/BA pauta-se pela busca constante da excelência e qualidade no atendimento à população. Para garantir que os proponentes atendam aos padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, os seguintes requisitos serão considerados:

#### **1. Habilitação Técnica:**

- Comprovação da qualificação técnica e regularidade junto aos conselhos profissionais pertinentes, quando aplicável, para as pessoas físicas.
- Apresentação de documentos que atestem a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista para as pessoas jurídicas.
- Certificados de capacitação e aprimoramento dos profissionais envolvidos, com ênfase nas especialidades demandadas.

#### **2. Infraestrutura Adequada:**

- Apresentação de laudos de vistoria e aprovação sanitária para as unidades de saúde, consultórios, clínicas ou outros locais onde os serviços serão prestados.
- Adequação às normativas técnicas e de biossegurança, garantindo ambientes seguros e apropriados para a realização de procedimentos.

#### **3. Experiência Comprovada:**

- Comprovação de experiência anterior na prestação de serviços de saúde, preferencialmente em parceria com entidades públicas.
- Apresentação de referências de clientes anteriores, atestando a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

#### **4. Compromisso com a Ética e Transparência:**



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Declaração formal de compromisso com os princípios éticos da profissão e da prestação de serviços de saúde.
- Transparência na divulgação de informações relevantes para os usuários, promovendo uma comunicação clara e acessível.

**5. Adequação aos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas:**

- Adesão e comprometimento com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Caculé/BA.
- Atualização constante em relação às melhores práticas e avanços científicos na área de atuação.

**6. Controle e Garantia da Qualidade:**

- Implementação de sistemas internos de controle de qualidade, assegurando a precisão e confiabilidade dos procedimentos realizados.
- Participação em programas de auditoria e avaliação de desempenho, quando aplicável, visando a melhoria contínua dos serviços.

**7. Capacidade de Resposta a Emergências e Sazonalidades:**

- Elaboração de planos de contingência para emergências, assegurando a continuidade dos serviços em casos críticos.
- Flexibilidade na alocação de recursos para atender demandas sazonais e imprevistos.

**8. Monitoramento e Avaliação Contínua:**

- Implementação de um sistema efetivo de monitoramento e avaliação contínua dos serviços prestados, com mecanismos de feedback e correção de possíveis desvios.

Esses requisitos visam assegurar que os proponentes não apenas atendam aos padrões de qualidade preestabelecidos, mas também demonstrem comprometimento com a melhoria contínua, transparência e ética, fortalecendo, assim, a parceria entre os prestadores de serviços de saúde e o município de Caculé/BA.

**7.2. Forma de Classificação**

Os proponentes serão classificados de acordo com o seguinte critério:

- a) **ordem de entrega da documentação:** Será considerada a ordem cronológica de entrega da documentação completa no local e data definidos no edital. Os três primeiros proponentes que entregarem toda a documentação correta e dentro do prazo estabelecido serão automaticamente classificados para a próxima fase do processo de credenciamento.

Ressalta-se que os proponentes não classificados dentro do limite de vagas, ou em serviço que não permita parcelamento, sem comprometer a determinação de norma jurídica ou administrativa, manter-se-ão credenciados para contratação futura, caso haja a necessidade, desde



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

que mantidas todas as condições necessárias à época da avaliação.

**8. DA VIGÊNCIA e DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO**

**8.1.** O prazo de vigência da contratação contar-se-á da assinatura deste instrumento até 31/12/2024, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma. O prazo de execução dos serviços será o mesmo da vigência contratual.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1.** A CONTRATANTE se obriga a cumprir as condições e prazos pactuados no Contrato;
- 9.2.** A CONTRATANTE se reserva no direito, de fiscalizar durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços ora contratados, solicitando todas as informações que julgar necessário;
- 9.3.** Pagar conforme estabelecido, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;
- 9.4.** Designar, no ato da assinatura do Contrato, preposto para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, com poderes plenos para gerenciar técnica e administrativamente o mesmo;
- 9.5.** Fornecer, em tempo hábil, à CONTRATADA todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução dos serviços, bem como entregar livre e desimpedidas as áreas onde serão realizados os serviços, objeto deste contrato.
- 9.6.** A CONTRATANTE deverá, caso houver necessidade, arcar com as despesas de hospedagem, alimentação e transporte da CONTRATADA a serviço da contratante.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto do Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.
  - a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
  - b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
  - c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
  - d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
  - e) Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- f) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- i) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- j) A CONTRATADA tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- k) O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- l) É vedada a subcontratação da obrigação;
- m) O CONTRATADO deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **11. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 11.1.** A fiscalização dos contratos que o presente instrumento vier a dar causa será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
- 11.2.** Durante todo o período de vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;
- 11.3.** A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações;
- 11.4.** O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;
- 11.5.** Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.
- 11.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 11.7.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

## **12. DAS SANÇÕES**

**12.1.** Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) Advertência.
  - a. a sanção prevista na letra a do subitem 10.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Multa.
  - a. A sanção prevista na letra b do subitem 10.2, será calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
- c) Impedimento de licitar e contratar.
  - a. A sanção prevista na letra c do subitem 10.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
  - a. A sanção prevista na letra d do subitem 10.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida letra c do subitem 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- e) A sanção estabelecida na letra d do subitem 10.2, será precedida de análise jurídica.

Em Caculé, dezembro de 2023

**EDIENE COUTINHO DOS SANTOS ARANTES**  
Secretária de Saúde



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANEXO III**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. Informações Básicas:**

Número do processo: 373/2023

**2. Objeto:**

Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando, com base na Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, estudar a abertura de Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoa física ou jurídica para Contratação de prestadores de serviços de saúde para atender a necessidades da Secretaria de Saúde de Caculé em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Para fins de compreensão, entende-se como Estudo Técnico Preliminar – ETP, conforme art. 6º, inciso XX, da Lei Federal 14.133/2021, o “*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*”.

Releva-se, ainda, que o presente estudo pretende atender o procedimento que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

**3. Descrição da necessidade:**

Dos tantos problemas e soluções que podem surgir diante de um processo de inexigibilidade de licitação (credenciamento), pode-se delimitar 03 em que representam a funcionalidade final do processo de contratação, que é ter pessoal responsável pela execução e que tenha conhecimento prévio da operacionalização dos documentos e procedimentos aferidos ao processo administrativo.

Por vez, o processo pode resultar em deserto, ou seja, não haver pleiteantes aos itens alvos do credenciamento, que gerará ao objeto do contrato. Várias são as possibilidades, como valores abaixo do mercado, dificuldade de acesso ao local de execução do serviço, publicidade legal ineficaz, carga horária convergente, dentre outros fatores que devem ser observados ao curso do processo e servirão de base de discursões com o Conselho de Saúde local.

Perceptível que uma transição processual do tipo gera custos operacionais, mas a ideia é manter a funcionalidade habitual do ente e mudar apenas a modalidade com recursos disponíveis para contratação. Transcorre ainda, que seria possível definir valores a serem gastos com publicações, com pessoal, equipamentos e material de consumo, mas acontece que os valores



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

delimitados por cada ente federado são sequentes as licitações homologadas, logo, são valores diferentes para cada um.

Todavia, como não acrescenta demandas excessivas e sua operação é mais rápida, acaba que o ente gastará menos do que um procedimento diferente de contratação, como o caso de um pregão para contratação de empresa na terceirização de mão de obra.

Para tanto, segue destaque da metodologia do ETP especificada de atividades, tarefas e recursos, encadeados no tempo e no espaço, tendo em vista maximizar a eficiência na realização dos objetivos do estudo técnico preliminar.

O Ministério da Saúde (2017) divulgou o Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde, pelo que entende a possibilidade de contratação complementar de serviços privados para o sistema de saúde local. Evidentemente,

quando as disponibilidades de oferta de serviços próprios forem insuficientes para garantir o atendimento à população, o gestor de saúde poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde, respeitando as competências que lhes são atribuídas pela lei, a legislação aplicável às licitações e os limites de seu território no planejamento de ações garantidoras da suficiência da assistência. (MS, 2017)

Em acordo com a orientação do Ministério da Saúde, o Procurador Marlon Alberto Weichert (2004, p. 199), complementa:

[...] somente pode haver contratação de serviços privados quando forem insuficientes as estruturas do Poder Público. A simples menção a uma participação complementar permite concluir que a Constituição concede primazia à execução do serviço público de saúde por uma rede própria dos entes federativos. O atendimento público através de serviços privados deve consistir exceção, tolerável apenas se e enquanto não disponibilizado diretamente pelo Poder Público.

O Ministério da Saúde, com fundamento no inciso XIV do art. 16 da Lei n.º 8.080/1990, normatiza por meio da Portaria GM/MS n.º 2.567, de 25 de novembro de 2016, a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e de serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde no SUS.

O art. 2º da portaria supracitada conceitua: “I - chamamento público: ato de chamar, publicamente, prestadores de serviços assistenciais de interesse do SUS, com a possibilidade de credenciá-los”; e “II - credenciamento: procedimento de licitação por meio do qual a administração pública, após chamamento público para um determinado objeto, celebra contrato de prestação de serviços com todos aqueles considerados aptos”. (GM/MS, 2016)

Credenciamento ainda segundo o Ministério da Saúde, é o procedimento administrativo pelo qual a Administração convoca interessados para, segundo condições previamente definidas e divulgadas, credenciarem-se como prestadores de serviços ou beneficiários de um negócio futuro



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a ser ofertado, quando a pluralidade de serviços prestados for indispensável à adequada satisfação do interesse coletivo ou, ainda, quando a quantidade de potenciais interessados for superior à do objeto a ser ofertado e por razões de interesse público a licitação não for recomendada.

Dallari (2006) foi um dos primeiros estudiosos a se debruçar sobre o fenômeno credenciamento. Em seus estudos ele deixa evidente que a modalidade ainda não tinha previsão legal, apenas um desdobramento da inexigibilidade de licitação, perfeitamente abraçada pelos doutrinadores e pela jurisprudência. Apesar de que essa barreira foi vencida atualmente com a Lei 14.133/2021 que trouxe inovação no ordenamento jurídico brasileiro.

O seu conceito apresentava diferenças de acordo com os diversos estudiosos que se aventuraram neste tema. Carlos Ari Sundfeld (1995), ao falar do credenciamento, utiliza este fato para caracterizar o credenciamento, ou seja, “se a Administração pretende credenciar médicos ou hospitais privados para atendimento à população e se admite credenciar todos os que preencham os requisitos indispensáveis, não se há de falar em licitação”. Logo, “o credenciamento não pressupõe disputa, que é desnecessária, pois todos os interessados aptos serão aproveitados”.

Joel de Menezes Niebuhr (2015, p. 212-213), grande doutrinador na temática, tem se manifestado no sentido de defender que o “credenciamento vem sendo utilizado com grande frequência, destacando a contratação de laboratórios médicos, serviços de saúde em geral, serviços bancários, serviços de inspeção em automóveis etc”.

Em estudo conduzido sobre o credenciamento como procedimento complementar à estrutura básica de saúde oferecida pelos entes públicos, Alencar *et al* (2015) reforça a ideia do credenciamento como um instrumento de auxílio para a prestação dos serviços públicos.

De tal modo, é possível analisar que a forma ideal de contratação de profissionais para atender serviços assistenciais da saúde é por intermédio de Concurso Público, visando atender o art. 37 da Carta Magna de 1988. No entanto, surge a problemática que é efetivar essas contratações em cenários diversos em que a variável tempo é de notória importância, ainda que um concurso demanda muito tempo até a efetiva convocação.

Correlacionando com esse problema, é evidente relatar, que o concurso seria para casos de serviços contínuos e que um evento excepcional ou programa, tem prazo de duração, modo em que deixaria esses servidores ociosos ante as atividades que supostamente desempenhariam, com consequente elevação da folha de pagamento e possivelmente aumento do índice de pessoal com teto já estipulado na Lei de Responsabilidade Social, a saber, 54% da receita corrente líquida do ente.

Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça – STJ indeferiu recurso de Mandado de Segurança no Rio de Janeiro sob n.º 65.757 - RJ (2021/0041998-0), justificando que a contratação temporária de terceiros para o desempenho de funções do cargo de enfermeiro, em decorrência da pandemia causada pelo vírus *Sars-CoV-2*, e determinada por decisão judicial, não configura



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

preterição ilegal e arbitrária nem enseja, portanto, direito a provimento em cargo público em favor de candidato aprovado em cadastro de reserva. Ou seja, o fato do serviço a ser executado pelo profissional ser temporário e em uma pandemia, configura a possibilidade de contratação adversa ao Concurso Público, como bem viu o Relator Ministro Mauro Campbell Marques no caso concreto. (STJ, 2021)

Justifica-se, pois através de uma contratação mais célere de um profissional médico, por exemplo, será possível inferir medidas assistenciais de saúde pública com uma resposta ainda mais rápida. Destarte, o ente federado conseguirá contratar os profissionais em um tempo curto e em observâncias aos Princípios da Administração Pública, com enfoque na prevenção e combate da pandemia e nos casos excepcionais, subsidiar aquela determinada ação temporária e que não entra no rol contínuo.

Evidentemente, para atender as orientações dos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública, o Credenciamento se amolda perfeitamente na problemática como solução mais vantajosa e que visa o melhor interesse público, que a continuidade assistencial de serviços e ações de saúde, nas diretrizes do SUS, instituído pela Lei Federal n.º 8.080/1990, em especial ações que são excepcionais em um sistema de assistencialismo contínuo.

Não somente isto, as contratações não visam simplesmente abarcar situações do tipo pandêmicas, mas vazios assistenciais pela falta de profissional e que por força da necessidade venha surgir como importante para a administração pública a obrigação de fazer. Ao que para realização das ações, que em alguns casos tem prazo de duração, é preciso realizar a contratação de terceiros, ou seja, do particular.

Alguns pontos e a relação contratual será baseada por prestação de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva ou não, e que deverá obedecer a alguns quesitos, até para não se misturar o servidor com o prestador. Ora, o instrumento convocatório deve permear pelas particularidades sem confundir o vínculo a ser circunstanciado na relação bilateral.

O Credenciamento, portanto, é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados”. (Lei Federal n.º 14.133/2021)

Observando esses pontos, inclusive orçamentário, o presente ETP confere embasamento teórico em fundamentações de contratações públicas na modalidade credenciamento (criada na Lei 14.133/2021), bem como permeia sob um suporte para o gestor e o fiscal de contrato na compreensão da modalidade ainda discutida por alguns doutrinadores e juristas.

#### **4. Descrição dos Requisitos da Contratação:**

Para atender aos requisitos mínimos para a prestação, o proponente deve estar em



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

conformidade com a descrição sumária do serviço, devendo também atender às demandas legais e regulatórias, além dos padrões de qualidade definidos abaixo. São requisitos essenciais para a contratação, a tradição da obrigação, atendendo, especialmente:

1. Prazo de entrega do bem/serviço: Serviço com especificação singular em cada item, compreendendo as obrigações e serviços a serem desenvolvidos.
2. Início do prazo: A partir do ciente da Ordem de Serviço - OS, na sede da Secretaria de Saúde.
3. Prestação de serviço: Conforme definido no item constante na tabela.
4. Pagamento: Até 10 dias úteis após verificação de conformidade fiscal, conforme programação financeira.

Os serviços deverão ser realizados, em regra, entre às 07h00min e 16h00min, de segunda a sexta-feira, em exceção de feriados municipal, estadual ou federal. Notadamente, não se aplica a regra em casos que por força da necessidade do serviço haja exigência de funcionamento de 24h (plantões, etc.), como exemplo, Hospital Municipal e SAMU 192.

Evidentemente, serão serviços realizados em unidades registradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, podendo ser em qualquer um dos seguintes locais, não se aplica, nos casos que os serviços serão realizados na clínica ou espaço da contratada.

CNES	ESTABELECIMENTO
2835118	CAF FARMACIA BASICA DE CACULE
3815366	CAPS I DR LINDOLFO GONCALVES DE AGUIAR
2835096	CENTRAL MUNICIPAL DE TFD DE CACULE
0311553	CENTRO DE ATENDIMENTO COVID19 CACULE
5584051	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS
3046338	CENTRO MUNICIPAL DE VIGSANITARIA E EPIDEMIOLOGICA DE CACULE
9429379	DIVA FAGUNDES DE LIMA ARAUJO
6505961	LABORATORIO REGIONAL DE PROTESE DENTARIA
2386887	POSTO DE SAUDE DE TAMBURIL
7587651	SAMU 192 AVANÇADO DE CACULE
7586698	SAMU 192 BASICO DE CACULE
6842836	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CACULE
2386895	UNIDADE BASICA DE SAUDE DE CACULE
4023455	USF ADELINA FERREIRA SILVA
3875350	USF DR FILINTO ALVES DE BRITO
3817660	USF DRA DOLORES OLIVEIRA SILVA
5593611	USF ESTHER SILVEIRA SOUZA BRITO
2386925	USF JOAQUIM PEREIRA NETO
5593638	USF MATHEUS PEREIRA NASCIMENTO RODRIGUES
5461782	USF SENHORA SANTANA
2387042	HOSP MATERNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fonte: CNES

Não será necessário a contratação de outro objeto para efetivação deste DOD e não se faz vínculo com outras contratações a serem firmadas, a não ser, materiais de uso contínuo na realização de ações correlatas ao serviço descrito no item da tabela.

Para o objeto em epígrafe, se configuram responsáveis no apoio técnico para a contratação, além de outros atores:

**Responsável Técnico (RT):**

1. Consultoria através da empresa NTO ASSESSORIA & CONSULTORIA EM GESTAO PUBLICA LIMITADA - CNPJ: 36.447.240/0001-86, Sr. Maicon do Nascimento Amaral, especialista em Saúde Pública pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, ESPBA.
2. Fiscal de Contratos Administrativos da Secretaria Municipal de Saúde de Caculé - BA.

( ) Serviço não continuado;

( ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;

( **X** ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;

( ) Material de consumo;

( ) Material permanente / equipamento.

**5. Levantamento de Mercado:**

Essa pesquisa abrangeu aspectos técnicos e econômicos das soluções para o problema apontado e foi subsidiada por diferentes fontes, como contratações similares feitas pelo próprio contratante e por preços unitários regionais praticados no pagamento do tipo de serviço aqui mensurado. Lado outro, os preços aqui contidos são os mesmos praticados nos últimos anos, tendo sido devidamente apreciados e aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.

**6. Solução:**

Após conclusão do estudo técnico foi decidido por esta comissão a necessidade de abertura de Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços descritos e pormenorizados no Documento de Formalização da Demanda – DFD.





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas (conforme art. 18, § 2º da Lei Federal 14.133/2021):**

A seguir é evidenciado a previsão de custos por módulo operacional e tem caráter exemplificativo.

**VIDE ANEXO I**

**8. Estimativa do Valor da Contratação:**

A contratação está estimada a seguir:

RESULTADO FINAL	
TABELA	V. Total
Tabela 01 – Serviços Médicos Na Atenção Especializada À Saúde	3.817.684,00
Tabela 02 – Serviços Médicos Na Atenção Primária À Saúde	1.421.248,00
Tabela 03 – Serviços Demais Profissionais De Saúde	1.651.200,00
Tabela 04 – Serviços De Bucomaxilofacial	338.000,00
Tabela 05 – Serviços De Fisioterapia	120.000,00
Tabela 06 – Serviços Em Gastroenterologia	174.400,00
Tabela 07 – Serviços Ultrassonográficos	355.520,00
Tabela 08 – Serviços Em Consultas Médicas Especializadas	933.440,00
Tabela 09 – Serviços Em Fonoaudiologia	226.800,00
Tabela 10 – Serviços Em Oftalmologia	390.240,00
Tabela 11 – Serviços Em Ressonância Magnética Nuclear	575.000,00
Tabela 12 – Serviços Em Radiologia	6.000,00
Tabela 13 – Serviços Em Cardiologia	193.800,00
Tabela 14 – Serviços Em Tomografias Computadorizadas Eletivas	512.800,00
Tabela 15 – Serviços Em Radiodiagnóstico Com Emissão De Laudo	54.400,00
Tabela 16 – Procedimentos Ginecológicos	90.000,00
Tabela 17 – Procedimentos Diagnósticos Por Mamografia	28.800,00
Tabela 18 – Procedimentos Diagnósticos Por Eletroneuromiografia	16.800,00
Tabela 19 – Procedimentos Diagnósticos Em Pneumologia	12.000,00
Tabela 20 – Punções Para Coleta De Material Para Estudo Anatomohistopatológico	15.000,00
Tabela 21 – Procedimentos Diagnósticos Por Eletroencefalograma	5.000,00
Tabela 22 – Exames Laboratoriais Para Análises Clínicas	250.000,00
Tabela 23 – Próteses Dentárias	144.000,00
Tabela 24 – Cirurgias	240.000,00
<b>Resultado Final de Eventual Contratação</b>	<b>11.572.132,00</b>

**9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução:**

O objeto da contratação será composto pelos itens descritos na tabela de Estimativas de Quantidades.



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:**

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes neste caso.

**11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:**

O estudo foi realizado pela Gestão Municipal, Técnicos, Assessorias e Comissão de Credenciamento, ocasião na qual foi analisado o valor, a necessidade e urgência da contratação supracitada.

**12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Após levantamento da demanda necessária, o procedimento de credenciamento, salvo melhor juízo, nos aparenta ser a solução mais adequada, por se tratar de um objeto em que o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública irá convocar interessados em prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

Evidenciando o cenário de estudo e de sugestão de intervenção, é destacável como prioritariamente a árvore de problemas a seguir especificada:

**Matriz 02 – Esquema desconstruído de problemas:**

---

**Consequência**

*Dificuldade de manutenção de ações de saúde e consequente adoecimento da população na ausência de profissional técnico na realização de sessões, consultas e procedimentos.*

---

**Problema**

*Ausência de serviços de saúde em caráter complementar ao SUS, quando as disponibilidades de oferta de serviços próprios forem insuficientes para garantir o atendimento à população.*

---

**Causa**

*Falta de servidores ou contratações com o privado na realização de serviços de natureza saúde, pelo o que sua ausência comprometa à assistência igualitária ao SUS.*

---

Para o atendimento da necessidade em questão, demonstrando, com base em razões



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

fáticas e a partir de levantamento de mercado, que ela é a que melhor atende ao interesse público mediante cumprimento dos requisitos da contratação e levando-se em consideração aspectos técnicos e econômicos a ela relacionados.

Visando gerar o resultado de suprir as necessidades dos setores de saúde no que tange aos serviços ofertados, os itens listados na tabela anterior e no prazo acordado é o suficiente para atender a demanda acolhida. É uma contratação que não gera outras contratações ou grau de dependência de outro certame.

### **13. Providências a serem adotadas:**

O início ao processo de Chamamento Público / Credenciamento, obedecendo às requisições, qualidade e quantidades, de forma a suprir a solicitação formalizada.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais:**

Não se aplica.

### **15. Declaração de Viabilidade:**

A equipe administrativa declara viável esta contratação.

### **16. Justificativa da Viabilidade:**

O ETP foi finalizado e elaboradas todas as minutas, pelo o que na fase do Estudo Técnico Preliminar – ETP é possível entender a viabilidade do estudo neste Município. Vários estudos foram feitos quanto à vantajosidade da forma de contratação, além da celeridade e da economicidade. Transcorrendo, observa-se que os valores a serem onerados pelo contratante será muito menor quando relacionado com qualquer outro tipo de contratação, como exemplo, podemos citar a terceirização, que existe uma relação tripartite e solidária por parte da Administração Pública.

Nas fases de avaliação do Estudo Técnico Preliminar foi delimitado por subtemas a serem contemplados e merece explanação dos procedimentos respeitados, como pode transcorrer. Ainda que a viabilidade depende de como se der o ETP e quais conclusões se pode tirar dele e do mapa de risco. Como dito anteriormente, os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis são evidentes.

Espera-se com o presente estudo aumentar o poder de compra do setor público nas contratações de serviços de profissionais de nível superior, que terá pagamentos pautados na entrega da obrigação de fazer a coisa certa ou incerta de acordo descritivo do serviço. Nota-se que



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

com a implantação da modalidade Credenciamento o ente conseguirá realizar as contratações de um modo mais rápido e consequentemente ter os profissionais com qualificação do mercado, sendo admitido inclusive aplicação de critérios objetivos. Como todos os atos são públicos, é possível que haja maior eficiência no controle social, que não acontece com frequência em outros tipos de contratações em que só é admitido a prestação de contas ao TCM-BA e disponibilidade de acesso público no e-TCM.

**17. Responsáveis:**

Por ser expressão da verdade, declaram para prosseguimento.

Em Caculé, dezembro de 2023

**EDIENE COUTINHO DOS SANTOS ARANTES**  
Secretária de Saúde



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IV  
MINUTA DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Modalidade	Número
Credenciamento	010/2023

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E CONCORDANCIA COM OS TERMOS DO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 010/2023

PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA

Ilma. Sr. Secretária Municipal de Saúde de Caculé e digníssimos membros da Comissão Especial de Credenciamento.

---

**PROPONENTE:**

---

**CARACTERIZAÇÃO:** ☐ Pessoa Física. CPF \_\_\_\_\_

☐ Pessoa Jurídica. CNPJ: \_\_\_\_\_

---

**ÁREA DE  
ATUAÇÃO:**

---

**ENDEREÇO:**

---

**COMPLEMENTO:**

---

**TELEFONE C/ DDD**      Fixo: ()      Celular ()

---

**ENDEREÇO  
ELETRÔNICO**      Página na Web:      E-mail:

---

**REPRESENTANTE  
LEGAL:**

---

**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PROCEDIMENTO**  
**INFORMAR N° TABELA E ITEM (VIDE ANEXO I)**

---



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBSERVAÇÃO: O(s) procedimento(s) a serem realizados deverá ser descrito exatamente conforme Tabela constante no Anexo I. Descrições fora do padrão não serão consideradas.

Na condição de proponente acima qualificado, vimos através do presente documento requerer o credenciamento para a prestação de serviços conforme edital e regulamento publicado por esta secretaria, declarando, sob as penas da lei, que:

- a) As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras;
- b) Qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação será informado;
- c) Conhece os termos do Edital de Credenciamento bem como as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com as quais concorda;
- d) Aceita e Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos;
- e) Não se encontra suspenso, nem declarada inidôneo para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- f) Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- g) Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o seu objeto social, com o registro no Conselho profissional competente, com a experiência, a capacidade instalada, a infraestrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigido;
- h) Realizará todas as atividades a que se propõe.

Anexando ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento, devidamente assinada e rubricada, pede deferimento.

\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
DADOS DA PESSOA JURÍDICA/FÍSICA, CARIMBO E ASSINATURA



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO V  
MINUTA DE DECLARAÇÃO

Modalidade	Número
Credenciamento	010/2023

**DECLARAÇÕES - PESSOA JURÍDICA**

---

**RAZÃO SOCIAL:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_ **TEL.:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO  
COMERCIAL:** \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL:** \_\_\_\_\_

**CPF DO REPRESENTANTE:** \_\_\_\_\_

---

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE**

( ) DECLARA, para fins do disposto na Lei 14.133/2021 e no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, que não emprega menor de dezesseis anos.

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES**

( ) DECLARA, sob as penas da lei, que recebi todas as informações necessárias para os fins de credenciamento constantes do Edital acima referido.

**DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO**

( ) Declaramos, sob as penas da lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações: a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público; b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a





PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Administração, nos últimos dois anos; c) Impedida de licitar, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E CIÊNCIA A RESPEITO DA NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA NO ÓRGÃO DE CLASSE**

( ) DECLARO para os devidos fins de direito que assumo a responsabilidade técnica do Estabelecimento anteriormente discriminado. Declaro ainda estar ciente e me comprometer a apresentar ao contratante no prazo máximo de 03 (três) meses o comprovante de inscrição desta empresa junto ao Conselho de Classe, sob de rescisão contratual ou de decair o direito à contratação.

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE VÍNCULO**

( ) DECLARO, sob as penalidades cabíveis, que não sou servidor Público Municipal e que não possuímos em nossos quadros dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE HORÁRIOS**

( ) DECLARO para o fim específico de ingresso no Serviço Público do Município de Caculé/Ba através de Credenciamento de Serviços de Saúde, que disponho de tempo para me dedicar ao cargo/função pleiteada no Requerimento de Credenciamento.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
DADOS DA PESSOA JURÍDICA/FÍSICA, CARIMBO E ASSINATURA



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO DE CACULÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANEXO VI**  
**MINUTA DE DECLARAÇÃO**

Modalidade	Número
Credenciamento	010/2023

**DECLARAÇÕES - PESSOA NATURAL/FÍSICA**

**NOME COMPLETO:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_ **TEL.:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO RESIDENCIAL:** \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES**

( ) DECLARA, sob as penas da lei, que recebi todas as informações necessárias para os fins de credenciamento constantes do Edital acima referido.

**DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO**

( ) Declaramos, sob as penas da lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações: a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público; b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos; c) Impedida de licitar, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

**DECLARAÇÃO**

( ) DECLARO, sob as penalidades cabíveis, que não sou servidor Público Municipal e que não possuímos em nossos quadros dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE HORÁRIOS**



PODER EXECUTIVO  
ESTADO DA BAHIA

# MUNICÍPIO DE CACULÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

( ) DECLARO para o fim específico de ingresso no Serviço Público do Município de Caculé/Ba através de Credenciamento de Serviços de Saúde, que disponho de tempo para me dedicar ao cargo/função pleiteada no Requerimento de Credenciamento.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
DADOS DA PESSOA JURÍDICA/FÍSICA, CARIMBO E ASSINATURA

**ANEXO VII**  
**MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PESSOA JURÍDICA**

Modalidade	Número
Credenciamento	010/2023

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 373/2023**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE  
ENTRE SI FAZEM O FUNDO MUNICIPAL  
DE SAUDE DE XXXXXX – BA e \_\_\_\_\_.**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XXXXXX-BA, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço sito à XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito junto ao CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, representado pelo GESTOR, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXX, portador do RG de nº XXXXXXXXX SSP/BA, e do CPF nº XXX.XXX.XXX.-XX, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAUDE, devidamente nomeado pelo decreto nº XXX de XX de XXXXX de 20XX, neste ato denominado CREDENCIANTE e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_ (qualificação), doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, têm entre si justo e avençado o presente CREDENCIAMENTO, sujeitando-se CREDENCIANTE e CREDENCIADA às normas disciplinares da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. O presente CREDENCIAMENTO tem como objeto a realização de \_\_\_\_\_ a pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.
2. Este CREDENCIAMENTO fica vinculado aos termos do Edital do Credenciamento nº. 010/2023.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO**

1. O valor total deste CREDENCIAMENTO é de R\$(\_\_\_\_\_). No valor CREDENCIADO estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para entrega completa dos objetos discriminados nos anexos do Edital.
2. Os preços serão fixos e irrevogáveis;
3. É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índice de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou insumos utilizados nos Credenciamentos de

prazo de duração igual ou superior a um ano, sendo nula, por sua vez, qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

4. Caso haja reajuste de preços, os mesmos serão calculados pela tabela do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Excepcionalmente, poder-se-á utilizar outros parâmetros de reajuste, desde que reflitam a variação dos custos de produção ou insumos utilizados pelos credenciados, respeitados os preços médios praticados na região.

5. O pagamento será efetuado de acordo com a prestação de serviço, até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela competente liquidação da despesa.

6 - Se o serviço não for executado conforme as especificações, o pagamento ficará suspenso até execução correta.

7 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua representação, desde que devidamente regularizados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO OBJETO**

1 - O CREDENCIAMENTO terá vigência a partir da data da assinatura, até \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

2 - O prazo para início dos serviços será a partir da assinatura do CREDENCIAMENTO, até 31 de dezembro de 202X, podendo ser prorrogado de acordo com as especificações da lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

3 - A CREDENCIADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo do objeto CREDENCIADO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CREDENCIAMENTO.

4 - A secretaria de Saúde poderá recusar todo e qualquer serviço realizado em desacordo com a Autorização, no que se refere à execução do mesmo com o apresentado no REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO, obrigando-se a CREDENCIADA a executá-lo de modo pertinente sem quaisquer ônus adicionais.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1 - Os recursos decorrentes dessa contratação estão previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

Unidade:

Projeto/Atividade:

Elemento de despesa:

### **CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

1. Deverá a CREDENCIADA observar, também, o seguinte:

2. Este CREDENCIAMENTO poderá ser alterado nos casos previstos na Lei de Licitações e Contratos, desde que haja interesse da Administração do CREDENCIANTE, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este CREDENCIAMENTO.

3. Durante a sua vigência o CREDENCIAMENTO será acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde, Controladoria Interna da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Saúde ou por servidores e empresas devidamente autorizados para tal, representando o CREDENCIANTE. Também estará sujeito a fiscalização, auditoria e inspeção pelos demais órgãos de controle interno e externo.
4. A Secretaria Municipal de Saúde anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do CREDENCIAMENTO, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao órgão competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
6. Além do acompanhamento e da fiscalização, o gestor do CREDENCIAMENTO designado pela CREDENCIANTE poderá, ainda, sustar qualquer execução que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
7. Não obstante a CREDENCIANTE seja a única e exclusiva responsável pela execução do CREDENCIAMENTO, a CREDENCIANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto ajustado, diretamente ou por prepostos designados.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DAS PENALIDADES**

1. A CREDENCIADA está sujeita à multa de 0,6 % (zero vírgula seis por cento) sobre o valor total deste CREDENCIAMENTO por dia e por descumprimento de obrigações fixadas no Edital. A multa tem de ser recolhida pela CREDENCIADA no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da notificação.
2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste CREDENCIAMENTO, a Administração do CREDENCIANTE ou Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções:
  - 2.1 - Advertência;
  - 2.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CREDENCIAMENTO, no caso de inexecução total do objeto CREDENCIADO, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias, contado da comunicação oficial;
  - 2.3 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CREDENCIANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CREDENCIADA que:
  - 3.1 - Ensejar o retardamento da execução do objeto deste CREDENCIAMENTO;
  - 3.2 - Não mantiver a proposta, injustificadamente;
  - 3.3 - Comportar-se de modo inidôneo;

- 3.4 - Fizer declaração falsa;
- 3.5 - Cometer fraude fiscal;
- 3.6 - Falhar ou fraudar na execução deste CREDENCIAMENTO.
- 4. Além das penalidades citadas, a CREDENCIADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CREDENCIANTE e, no que couber às demais penalidades referidas no regramento jurídico de licitações e contratos.
- 5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CREDENCIANTE, a CREDENCIADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 1 a 3 desta Cláusula.
- 6. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas à CREDENCIADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA- DA RESCISÃO**

- 1. A inexecução total ou parcial deste CREDENCIAMENTO enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei 14.133/2021.
- 2. A rescisão deste CREDENCIAMENTO poderá ser:
  - 2.1 - Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CREDENCIANTE, nos casos enumerados na Lei 14.133/2021, notificando-se a CREDENCIADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
  - 2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CREDENCIANTE;
  - 2.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 3.1 - Os casos de rescisão ajuste serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

- 1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de CACULÉ-BA, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente CREDENCIAMENTO em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CREDENCIANTE e CREDENCIADA, e pelas testemunhas abaixo.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.





**SECRETARIA  
MUNICIPAL DA  
SAÚDE**

---

CREDENCIANTE

---

CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

1º. \_\_\_\_\_ 2º. \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO VIII**  
**MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PESSOA FÍSICA**

Modalidade	Número
Credenciamento	010/2023

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 373/2023**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE  
ENTRE SI FAZEM O FUNDO MUNICIPAL  
DE SAUDE DE XXXXXX – BA e \_\_\_\_\_.**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XXXXXX-BA, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço sito à XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito junto ao CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, representado pelo GESTOR, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXX, portador do RG de nº XXXXXXXXX SSP/BA, e do CPF nº XXX.XXX.XXX.-XX, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAUDE, devidamente nomeado pelo decreto nº XXX de XX de XXXXX de 20XX, neste ato denominado CREDENCIANTE e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_ (qualificação), doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, têm entre si justo e avençado o presente CREDENCIAMENTO, sujeitando-se CREDENCIANTE e CREDENCIADA às normas disciplinares da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**Cláusula Primeira – Do Fundamento Legal**

O credenciamento de que trata este CREDENCIAMENTO obedece ao estabelecido na Lei para profissionais e prestadores de serviços na área da Saúde, bem como fica reconhecida à situação de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74 inciso da Lei nº. 14.133/2021, e no Edital de Chamamento Público nº 010/2023;

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

O CREDENCIADO, como profissional liberal, de forma autônoma, prestará serviços \_\_\_\_\_.

**Cláusula Terceira – Dos Valores e Forma de Pagamento**

Pelos serviços credenciados na Cláusula Segunda o presente termo terá o valor Global de \_\_\_\_\_, que serão pagas até o 10º(décimo) dia do mês subsequente ao vencido.

#### **Cláusula Quarta – Das Obrigações e Carga Horária**

4.1 - O CREDENCIADO fica obrigado a executar os serviços com carga horária de \_\_\_\_ horas diárias, conforme determinação do Programa.

4.2 - As despesas oriundas da prestação dos serviços serão de responsabilidade da CREDENCIANTE, ficando o CREDENCIADO desobrigado de tais despesas operacionais.

#### **Cláusula Quinta – Do Período de Vigência**

O presente termo terá sua vigência com início na data de sua assinatura e término em \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, podendo, entretanto, ser renovado, por mútuo interesse das partes e segundo o superior e predominante interesse público.

#### **Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária**

1 - Os recursos decorrentes dessa contratação estão previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

Unidade:

Projeto/Atividade:

Elemento de despesa:

#### **Cláusula Sexta – Da Habilitação Profissional e do Registro**

Compete ao profissional CREDENCIADO, e sob a sua responsabilidade e fé, admitida a veracidade ideológica documental, a exibição da documentação formal probatória de sua habilitação e registro para exercício profissional, bem como o Curriculum Vitae, no que dispuser a Lei vigente aplicável a matéria, conferindo ao CREDENCIANTE, o encaminhamento ao Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios para o obrigatório registro e demais fins de mister.

#### **Cláusula Sétima – Das Penalidades**

7.1 – Na hipótese de ocorrência de descumprimento, de qualquer regra estabelecida nas cláusulas do presente ajuste, pelo CREDENCIADO, por não atendimento de serviços determinados pela CREDENCIANTE, importará em descredenciamento do profissional, unilateralmente, sem prejuízos das sanções penais, conforme dispuser a legislação vigente aplicável à matéria posta, ficando responsável pela reparação civil e criminal de danos causados ao paciente, decorrente de ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, respeitado o devido processo legal.

7.2 – Na hipótese de apenamento do CREDENCIADO, com multa de 2%(dois) por cento do valor global do termo de credenciamento, o valor da mesma será descontado automaticamente dos pagamentos que lhe forem devidos pela CREDENCIANTE, assegurando-lhe o pleno direito do exercício do contraditório e da ampla defesa, pelos meios disponíveis, em processo regular próprio.

#### **Cláusula Oitava – Da Natureza**

O presente credenciamento tem a natureza de prestação de serviços com remuneração a título de honorários, não constituindo vínculo empregatício nem qualquer outra relação trabalhista, que não a de realização de serviços profissionais, regulados por legislação própria, fora das cláusulas da



**SECRETARIA  
MUNICIPAL DA  
SAÚDE**

C.L.T., como também, e de consequência, desobrigado a CREDENCIANTE de qualquer ônus decorrentes do sistema trabalhista.

**Cláusula Nona – Do Foro**

Para dirimir qualquer dúvida e declarar direitos, que se fizerem necessários no decorrer da execução do presente ajuste, fica eleito o Foro da Comarca de Caculé, renunciando qualquer outros por mais especial e privilegiado que sejam.

**Cláusula Décima – Das Disposições Finais**

E, por estarem justos e Credenciados, fazem lavrar o presente CREDENCIAMENTO de Credenciamento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim, a fim de que surta os efeitos necessários em Lei, na presença de duas testemunhas idôneas.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CREDENCIANTE

\_\_\_\_\_  
CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

1º. \_\_\_\_\_ 2º. \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO IX  
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO  
CREDENCIAMENTO Nº 010/2023**

**CONTRATO Nº**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS AO CREDENCIAMENTO Nº  
XX/XXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE CACULÉ E XXXXXXXX**

Pelo presente contrato que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE CACULÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa, 26, Centro, Caculé, Bahia, CEP 46.300-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.676.788/0001-00, neste ato representado pelo Sr. Pedro Dias da Silva, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**, com COPARTICIPAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACULÉ, inscrito no CNPJ sob nº 12.419.478/0001-30, neste ato representado pela Sra. Ediene Coutinho dos Santos Arantes, e **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXXX**, habilitado no **Credenciamento nº XXX/XXXX**, resolvem celebrar o presente termo de Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021, pelas demais condições previstas no edital do **Credenciamento nº XXX/XXXX**, bem como mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

1.1 O presente termo tem por objeto o credenciamento para contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de prestação de serviços de **XXXXXXXXXXXXXX**, deste município, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, conforme as especificações e condições constantes no Edital e documentos anexos.

1.2 O objeto contempla os critérios técnicos específicos, os pré-requisitos e os valores fixados para a realização da prestação dos serviços, tendo em vista a homologação do Processo de **Credenciamento nº XXX/XXXX**, com base no que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, nos termos da legislação vigente aplicável à matéria, assim como, pelas condições do edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidas dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1 O credenciado obriga-se a prestar os serviços, objeto deste edital de credenciamento, pelo valor de **R\$ XX.XXX,XX (XXXXXX)** mensais, nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço, totalizando um valor de **R\$ XX.XXX,XX (XXXXXX)**.

2.2 - Os pagamentos dos serviços prestados deverão ser realizados na conta corrente do **CONTRATANTE**, devendo os respectivos créditos ser lançados no **BANCO XXX, AGÊNCIA**

**XXXXX, CONTA CORRENTE XXXX**, em nome da CONTRATADA.

2.3 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Caculé ou do Fundo/Secretaria ao qual o serviço estiver vinculado.

2.4 - Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

2.5 – Na execução desse contrato, as despesas relativas a pessoal representam um total de 60% (sessenta por cento), sendo 40% (quarenta por cento) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.

2.7 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

2.8 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.9 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.10 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.11 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.12 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

2.13 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.14 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO**

3.1 O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, na conta corrente informada, agência e Banco, mediante nota de prestação de serviço que deverá ser enviada para a Prefeitura Municipal de Caculé tendo em conta o número de procedimentos efetivamente realizados.

3.2. Todos os encargos, impostos e demais tributos correm por conta do Credenciado contratado.

3.3. Nos preços computados neste Contrato, estão incluídos todos os custos com salários encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento, pelo contratado de suas obrigações.

3.4. O pagamento à pessoa credenciada será efetuado através de ordem bancária ou crédito em conta corrente em até trinta dias úteis, desde que devidamente atestada a conclusão de cada etapa do serviço correspondente.

### **CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 As despesas provenientes do objeto deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária do Município de Caculé, por intermédio dos recursos consignados no orçamento:

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE/CONTRATANTE**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Credenciada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c) Notificar a Credenciada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas
- d) Efetuar o pagamento pela prestação de serviço do objeto do presente Contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Terceira deste Instrumento.
- e) Na hipótese de atraso de pagamento dos créditos resultantes do presente Contrato, será acrescida ao valor dos mesmos a taxa de 0,01% ao dia, a título de compensação financeira, aplicada desde o dia imediatamente subsequente do vencimento até o do seu efetivo pagamento.
- f) Prestar à credenciada/contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.
- g) Providenciar a publicação no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), dentro do prazo previsto no art. 94, da Lei nº 14.133/21.
- h) Todas aquelas expressas no Termo de Referência, integrante no processo administrativo e anexo ao Edital, que faz parte desta avença independente de descrição.

#### **CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO/CONTRATADO**

- 6.1 Prestar os serviços objeto deste contrato, fielmente, de acordo com as necessidades do Município de Caculé - BA.
- 6.2 Manter durante o período que estiver credenciado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento.
- 6.3 Cumprir os horários com pontualidade e assiduidade.
- 6.4 Executar os serviços nas condições estipuladas no Termo de Referência e no Edital.
- 6.5 Comunicar ao Secretário, por escrito, e com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.
- 6.6 Manter-se habilitado junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria.
- 6.7 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 6.8 Comunicar à CREDENCIANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.
- 6.9 Responsabilizar-se por todos os danos causados à CREDENCIANTE e/ou terceiros,



decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas.

6.10 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

6.12 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual de maneira correta, preferencialmente mediante transferência bancária na conta de titularidade do trabalhador;

6.13 Instruir todos os seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas;

6.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Caculé, em qualquer etapa, da execução do objeto.

6.16 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Prefeitura Municipal de Caculé, ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

6.18 Todas aquelas expressas no Termo de Referência, integrante no processo administrativo e anexo ao Edital, que faz parte desta avença independente de descrição.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

7.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 92, IV)**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pelo CONTRATADO, os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), sendo eles: Sr. XXXXXX, nomeado pela Portaria nº XXXXXX (Fiscal Titular); Sr. XXXXXX, nomeado pela Portaria nº XXXXXX (Fiscal Substituto);

10.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

10.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

10.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

10.9. O gestor do contrato, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, devidamente, nomeado pela Portaria nº XXXXXXXXXXXX, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das

prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.9.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.8. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3. Indenizações e multas.

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES E SANÇÕES**

#### **13.1. Penalidades**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o proponente/adjudicatário que:

13.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.3 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.4 dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.5 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.6 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Credenciamento sem motivo justificado;

13.1.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Credenciamento ou a execução do contrato;

13.1.10 fraudar o Credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Credenciamento;

#### **13.2. Sanções**

13.2.1 Verificada uma das hipóteses previstas nos subitens anteriores, a Prefeitura Municipal de Caculé, poderá optar pela convocação dos demais credenciados, se houver.

13.2.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Prefeitura Municipal de Caculé poderá, garantida a prévia defesa do credenciado, no prazo de 15 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

13.2.2.1. advertência;

13.2.2.2. multa;

- 13.2.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 13.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 13.2.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 13.2.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 13.2.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
  - 13.2.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 13.2.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 13.2.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  - 13.2.3.6 Multa calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
  - 13.2.3.7 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
  - 13.2.3.8 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 13.2.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 13.2.4.1 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES GERAIS**

- 14.1 Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Credenciamento e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.
- 14.2 A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Credenciamento, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.
- 14.3 O credenciado se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Sexta.
- 14.4 O presente Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.
- 14.5. Os casos omissos serão decididos pela Credenciante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis.
- 14.6. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
- 14.7 Fica eleito o Foro da Comarca de Caculé, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Contrato ao Credenciamento.

E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em três vias, de igual teor e forma, para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Caculé – Bahia, em XX XXX de 2023



**SECRETARIA  
MUNICIPAL DA  
SAÚDE**

**PEDRO DIAS DA SILVA**

Prefeito Municipal - Contratante

**EDIENE COUTINHO DOS SANTOS ARANTES**

Secretária Municipal de Saúde - Contratante

**XXXXXXXXXXXXXX**

Contratada

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF: